



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0272/15	DATA: 09/04/2015	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 10h27min	TÉRMINO: 13h51min	PÁGINAS: 70

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GEORGE HILTON - Ministro de Estado do Esporte.

SUMÁRIO

Debate sobre os planos, programas e projetos do Ministério para os próximos anos, bem como fazer um balanço dos preparativos dos Jogos Olímpicos de 2016 e informações a respeito da Lei de Incentivo ao Esporte.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve exibição de vídeo.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Bom dia a todos e a todas.

Vamos dar início à reunião de audiência pública da Comissão do Esporte, que está sendo realizada em razão da aprovação dos Requerimentos nº 3, 5 e 15, todos de 2015, de iniciativa, respectivamente, dos Deputados José Rocha, Silvio Torres e Danrlei de Deus. O objetivo é debater os planos, os programas e os projetos do Ministério para os próximos anos, bem como fazer um balanço dos preparativos dos Jogos Olímpicos de 2016 e trazer informações a respeito da Lei de Incentivo ao Esporte.

Para compor a Mesa, convido o Sr. George Hilton dos Santos Cecílio, Ministro de Estado do Esporte. *(Palmas.)*

Antes de passar à apresentação do Ministro, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 40 minutos, prorrogáveis por mais 20 ou por quanto tempo o Ministro quiser usar a palavra.

Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar o expositor deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. Será permitida a réplica de qualquer participante que seja citado durante os debates.

Agora, passo a palavra ao Sr. Ministro George Hilton dos Santos Cecílio.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Bom dia a todos! Bom dia, Exmo. Sr. Márcio Marinho, Deputado Federal e Presidente desta Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados. Cumprimento também o Deputado João Derly, 3º Vice-Presidente da Comissão de Esporte da Câmara; o Deputado José Rocha; o Deputado Alexandre Valle, 1º Vice-Presidente desta Comissão; o Deputado Andres Sanchez; o Deputado Fábio Mitidieri; o Sr. Ricardo Leyser, Secretário-Executivo do Ministério do Esporte; o Sr. Carlos Geraldo, Secretário Nacional do Esporte de Alto Rendimento; o Sr. Evandro Garla, Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

Senhoras e senhores, é um prazer muito grande, aliás, é sempre um prazer vir à Câmara dos Deputados e poder reviver, de maneira muito saudosa, momentos importantes que a gente compartilhou aqui durante dois mandatos. E, Deputado



Márcio Marinho, por favor, convide-me muitas outras vezes, porque é sempre bom a gente respirar um pouco do ar do Legislativo, não é, Deputado Rocha?

A ideia, hoje, é a gente começar a falar um pouquinho das ações que o Ministério do Esporte já está empreendendo. Muitas delas, naturalmente, serão compartilhadas aqui com o Parlamento. Nós já fizemos, recentemente, uma visita a esta Casa para falar sobre a MP que trata do esporte, que já está aqui na Casa e que certamente terá, por parte dos senhores, uma ação importantíssima de aprimoramento do texto, para que ele possa ser aprovado e assim nós possamos resgatar, de forma muito clara, um novo momento na história do futebol.

Mas eu quero falar hoje, de forma muito abrangente, de outras ações que não só o futebol e que estão sendo trabalhadas e planejadas desde o início dessa nossa gestão no Ministério, algumas com continuidade, porque o nosso Governo é um Governo de continuidade e muitas das ações que nós estamos implementando e a que estamos dando sequência tiveram bom êxito nas gestões passadas, e, é claro, a gente quer que continuem.

Eu quero falar inicialmente sobre um tema que acho que é a revolução da prática esportiva no nosso País.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós tivemos, desde 2007, o início de um ciclo virtuoso do esporte no nosso País. O Brasil, eu diria, entrou definitivamente para o ciclo dos megaeventos mundiais. Nós tivemos os Jogos Pan-Americanos, os Parapan-Americanos, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo, os Jogos Mundiais Militares.

Este ano nós teremos Jogos Mundiais Indígenas, em Palmas, no Tocantins. Será a primeira edição, Deputado Sanchez. E, a partir daí, nós teremos todos os eventos mundiais em outros países com as etnias, com todos os povos indígenas. O Brasil, portanto, será pioneiro em um evento mundial que reunirá — hoje já foi confirmada a presença de todos — mais de 42 etnias. Mais de 25 países confirmaram que irão a Palmas. É um trabalho de ação integrada entre o Ministério do Esporte, o Itamaraty, a Casa Civil, o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça. Será em setembro agora, portanto, um grande evento que vai mais uma vez colocar o Brasil no cenário internacional.



O que nós estamos esperando desse ciclo virtuoso? Defender o legado de toda essa fase importante que o Brasil está vivendo no esporte. Houve muitas críticas com relação à Copa do Mundo, que poderíamos ter tido um legado maior, sobretudo no futebol de base, e nós estamos tendo o cuidado, com os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio, de estabelecer um plano de legado que vai definitivamente marcar essa fase que o Brasil está vivendo e que a gente quer que seja perene. Nós não queremos depender de ciclos, nós queremos que haja uma política nacional de continuidade que seja perene, principalmente depois dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, que não se encerra porque, em 2019, nós teremos Universíadas, que é outro evento mundial também que o Brasil estará sediando.

Nós tivemos no Ministério do Esporte, ao longo da sua existência, três conferências nacionais que trataram da necessidade de se ter um sistema nacional de esporte, um sistema que defina o pacto federativo de como o esporte deve ser tratado como uma política de Estado, e não como uma política de Governo. E a ideia é que a gente tenha exatamente definido numa legislação federal o papel da União, dos Estados e dos Municípios com relação à prática esportiva. E esse pacto federativo não se atém apenas ao setor público. Ele deverá também definir responsabilidades dos entes privados ligados diretamente ao esporte — as federações, as confederações, os clubes e as ligas. Essas três conferências começaram a desenhar, numa discussão ampla envolvendo vários acadêmicos, envolvendo o Conselho Nacional do Esporte, que é um órgão vinculado ao Ministério do Esporte, a ideia de que nós precisamos ter um marco legal, ou seja, uma lei de diretrizes e bases, como acontece hoje na educação e que faz com que cada ente tenha suas responsabilidades. O que acontece hoje é que você inicia um programa voltado para o esporte em âmbito federal, mas, às vezes, não se encontra nos Estados e nos Municípios a mesma política, e aí você sofre com a descontinuidade desse programa.

Se a gente olhar bem para o passado, veremos que a educação avançou muito. Nós tínhamos, no âmbito das escolas, a educação básica aliada à educação física. A criança tinha que estudar, tinha que ser bem avaliada na escola, mas também tinha que ter avaliação de educação física. Os anos se passaram, e a Educação deu um salto, mas a Educação Física estagnou no tempo. E urge a



necessidade de a gente, no Sistema Nacional, devolver essa prática, Deputado Rocha, em que os Municípios terão a incumbência de, no âmbito das escolas do ensino fundamental, com o amplo apoio do Ministério da Educação, criar condições para a prática perene da Educação Física, obviamente que no contra turno das aulas da criança.

Deputada Raquel Muniz, que está aqui, agradeço a V.Exa. a presença.

A Educação Física, a nosso ver, e pelos estudos que hoje são feitos, se é praticada nos primeiros anos em que a criança começa a frequentar a escola, desenvolve habilidades importantes para a formação do caráter e da personalidade dessa criança; habilidades como aprender a conviver em sociedade, aprender a conviver entre amigos, aprender a conviver com as vitórias e as perdas; habilidades como desenvolver na criança a disciplina, o autocontrole. E se não há uma política nacional que obrigue a prática da Educação Física no âmbito do ensino fundamental, essa criança tem chances enormes de desenvolver outros problemas de ordem psicológica, de ordem emocional.

Então, uma de nossas preocupações, quando enviarmos o Sistema Nacional de Esporte para cá, será definir todas essas esferas de Poder e também da iniciativa privada, e aqui cabe dizer que, no âmbito do ensino fundamental, isso será uma política de Governo, sim. Será aplicada no âmbito das escolas. A partir do ensino médio, você terá parceria com os clubes, com as federações dos Estados, utilizando as estruturas das escolas públicas estaduais, dos espaços públicos que hoje estão sendo criados naquilo que a gente chama de Rede Nacional de treinamento, que é outro legado dos Jogos Olímpicos.

A gente vai começar a entregar, já no segundo semestre, várias obras públicas de parceria entre o Ministério do Esporte, os Governos Estaduais, os Governos Municipais, e, em alguns casos, as universidades federais. Estamos preparando, portanto, um grande número de obras, de espaços públicos que ficarão como legado desse período olímpico. Para quê? Para que a partir do Sistema Nacional, Deputado Deley, os Governos tenham onde executar aquilo que a Lei de Diretrizes e Bases vai determinar. Ou seja, espaços onde as crianças vão desenvolver modalidades esportivas, espaços onde as crianças vão poder ter aulas de Educação Física, espaços onde se prepararão também educadores físicos.



E, como a gente vê ali, o objetivo é estabelecer essas responsabilidades, evitar a descontinuidade de programas, como eu falava, e, é claro, estabelecer um debate com a comunidade esportiva, para que o legado dos megaeventos se traduza em uma legislação que permita a sequencia dessas ações e a massificação da prática esportiva, o que vai dar base ao alto rendimento.

Ou seja, o Brasil avançou no alto rendimento? Sim, nós temos hoje um plano ousado, que é o Plano Brasil Medalhas, que está aí financiando a preparação de atletas de alto rendimento, com toda uma equipe multidisciplinar, sendo ela subsidiada com recursos do Plano Brasil Medalhas. Um bilhão de reais foram destinados não só para a preparação desses atletas, como também para a construção desses Centros de Formação Olímpica, como o que nós temos agora em Fortaleza, em São Paulo — o Centro de Formação Paraolímpico, cuja obra está na fase final —, em São Bernardo, enfim, no Brasil inteiro.

Depois, o Ricardo Leyser, que é o nosso Secretário-Executivo, vai fazer um apanhado sobre os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e vai mostrar que essas estruturas estão sendo entregues em todo o Brasil, objetivando deixar esse legado.

Muito bem. A segunda etapa é aquela que eu já havia adiantado com relação à MP do Futebol. Nós tivemos um debate durante 60 dias. Foram praticamente 2 meses ouvindo todos os segmentos ligados ao futebol. Desde a CBF, aos clubes da Série A, Série B, Série C, Série D. Ouvimos também a Confederação Brasileira de Clubes; ouvimos os atletas ligados a várias entidades; ouvimos também os árbitros; ouvimos preparadores físicos, inclusive a imprensa, os órgãos ligados ao futebol, os cronistas esportivos. Houve um debate muito extenso. Aqui cumprimento o Deputado Adelson Barreto, que está conosco, também o Deputado Evandro Roman, a quem agradeço pelo carinho e pela presença.

O Governo Federal, sob a coordenação do Ministério do Esporte, dialogou com todos esses setores, conforme eu enumerei aqui. E nós preparamos um texto, e os senhores viram que a Presidente Dilma assinou essa medida provisória, que foi encaminhada aqui para o Congresso. Agora naturalmente haverá um grande debate, e uma Comissão Especial será criada para tratar do tema, e a nossa expectativa é que a gente consiga aprovar o texto que vai permitir o que a gente chama de um novo momento da gestão dos clubes brasileiros.



É claro que temos ouvido muitas ponderações, comentários contrários, favoráveis, contrários, mas eu acho que o grande benefício e o grande marco que essa MP traz, é que ela efetivamente traz para o Parlamento um debate que já deveria já ter sido feito, Deputado Sanches, há muito tempo. E penso que ela pode sair daqui realmente como um grande avanço para o futebol brasileiro.

Quanto a gestão, é claro que o Governo não tem nenhuma intenção de que haja intromissão do poder público sobre a gestão dos clubes privados. A gente entende que o futebol, mais do que uma atividade de entretenimento, de espetáculo, é também um grande *business*, é uma atividade de negócios, e que tem naturalmente sido importante para o Brasil. Nós somos pentacampeões, e temos tudo para desenvolvermos, cada dia mais, no futebol, grandes astros, grandes craques. Mas, no momento em que os clubes reivindicaram do Governo a necessidade de um refinanciamento, que já era o quarto, ou seja, era o quarto REFIS que eles propunham, nós entendemos que o momento era de se compreender a necessidade dos clubes, de entender que é importante ajudar aquele que é o esporte de massa, que é o principal esporte do País, mas definitivamente estabelecer, a partir daí, contrapartidas muito claras para que os clubes possam se adequar, uma vez que eles estão pleiteando recursos públicos. E todos nós sabemos que os recursos públicos têm como determinação constitucional que se tenha a transparência, que se tenha o princípio da gestão, da responsabilidade, e nós exigimos isso nos clubes. É claro que existem outras demandas dos clubes que não estão contempladas na MP, questões relacionadas à previdência, questões trabalhistas, que devem ser alvo de outras propostas aqui no Congresso Nacional. A Lei Pelé, e no que toca, por exemplo, a Lei do Passe, e alguns acreditam que foi um avanço muito grande e outros que não. Mas o importante dessa MP é dar início a um processo de modernização do futebol brasileiro.

O Ministério do Esporte também terá como grande avanço este ano a Lei do Incentivo ao Esporte. Nós temos um gráfico importante que mostra a evolução dessa lei, desde que ela foi criada, e, entre 2007 e 2014, foram destinados 1 bilhão e 300 milhões de reais ao esporte. Conseguiram captar 551 milhões, utilizados em vários projetos de apoio ao esporte no Brasil, desde a construção de arenas multiuso... E



isso tem ajudado também muitos clubes e muitas modalidades a terem os seus equipamentos modernizados.

Considero a Lei de Incentivo ao Esporte uma das maiores vitórias desse ciclo virtuoso que a gente vem vivendo desde 2007. Ela é anterior a 2007, mas tem sido, sobretudo, uma importante ferramenta. Para os senhores terem uma ideia, desses 1 bilhão e 367 milhões de reais que foram captados, em 2007 nós conseguimos captar 50 milhões. Em 2014, chegou a 252 milhões. Isso é a metade, porque nós temos 450 milhões disponíveis ainda este ano, naturalmente, para projetos de apoio ao esporte.

É fundamental que a gente mantenha essa grande conquista, e a Presidenta Dilma já sinalizou de forma muito textual e clara que quer não somente a prorrogação. Estamos trabalhando inclusive com o apoio da Frente Parlamentar do Esporte — o nosso Presidente é o Deputado João Derly —, para que não seja mais algo por tempo determinado, mas que seja indeterminado.

Vocês sabem qual a grande dificuldade dos Governos Federal, Estaduais e Municipais quando os clubes começam a buscar patrocínio, recursos, apoio para a implementação de suas equipes, de seus projetos. É a questão orçamentária, que muitas vezes fica limitada, em função da situação econômica do País.

Mas a Lei de Incentivo ao Esporte vence essa barreira, porque a empresa pode doar até 1% do lucro real que auferiu no ano anterior. Esse recurso vai para os clubes. Antes, o projeto é levado até uma comissão técnica do Ministério do Esporte para ser aprovado. O recurso é depositado em uma conta que fica bloqueada, não pode ser utilizada de qualquer jeito. Ela tem que ser utilizada cumprindo etapa por etapa daquele projeto.

Então, essa lei revolucionou o que chamamos hoje de esporte de alto rendimento, que vem sendo, portanto, muito bem contemplado por esse período virtuoso de jogos olímpicos e paraolímpicos. Mas ela também pode ter um caráter de fomentar o esporte de base, e a ideia nossa é que seja uma das principais fontes de fomento do sistema nacional.

A nossa ideia é que, no futuro, a gente tenha um fundo nacional que seja abastecido por recursos do orçamento público, mas também com recursos da Lei de



Incentivo ao Esporte, com recursos das loterias, da Lei Agnelo Piva, e que se tenha também, naturalmente, nos Estados e Municípios, os fundos setoriais.

O que vai acontecer, então? A gente vai ter a transferência de fundo para fundo para apoiar esses projetos. Então, você não compromete a continuidade de todas essas ações, o que vai tornar o Brasil uma potência esportiva só que de forma sustentável. Então, a ideia do sistema é definir não só a responsabilidade dos entes federados, mas também de onde virão as fontes de fomento para mantermos isso.

Então, peço apoio ao Deputado Márcio Marinho e aos demais Deputados para que a gente mantenha a Lei de Incentivo ao Esporte por tempo indeterminado.

Cumprimento o Deputado André Abdon, nosso companheiro, Deputado Hiran Gonçalves também. Nós temos aqui também o Fábio e o Marcelo, que são da Lei de Incentivo ao Esporte. Caso alguém tenha dúvidas na hora, nós vamos pedir-lhes para tirá-las.

Além do Sistema Nacional de Esportes, da MP do Futebol, que vai redundar naquele projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Incentivo ao Esporte, nós também temos os programas que são perenes no Ministério do Esporte.

Eu quero destacar aqui que programas sociais como o Atleta na Escola e Segundo Tempo, com o Sistema Nacional, vão ganhar outra cara, porque hoje eles funcionam, mas de forma muito precária, e a grande reclamação dos Prefeitos e dos Governadores é que, mesmo com o Ministério do Esporte entregando os recursos, a execução dele se torna muito difícil.

O que queremos resgatar no sistema? Sobre o papel desses entes — quanto aos Deputados que forem chegando, se eu não me lembrar, peço à nossa assessoria para fazer isso — com relação ao Segundo Tempo eu quero dizer que me encontrei várias vezes com Prefeitos do Brasil inteiro, e eles me disseram: *“Ministro, eu recebi o recurso, porém, agora, eu tenho dificuldade de fazer a prestação de contas”*. Por quê? Porque o programa define claramente que, no contraturno das aulas, o Município tem que naturalmente levar essas crianças para espaços onde elas possam praticar desde a atividade física até mesmo a prática esportiva, que é o caso do Atleta na Escola, que tem várias modalidades.

Nós avançamos muito — volta lá, por favor, onde a gente fala do esporte de base. Com o sistema a gente vai definir que os Municípios tanto poderão fazer



convênio com clubes, como também eles poderão utilizar a estrutura das próprias escolas. E aí o papel, em parceria com o Ministério da Educação, é dotar as escolas desses espaços, porque, a partir do momento em que você tem, no âmbito das escolas, esses espaços ou espaços anexos, você torna a execução desses programas muito mais viável, porque às vezes o Prefeito tem dificuldade de encontrar locais.

Nós estamos com uma ideia que vai ser apresentada a vocês — o Deputado Goulart também está aqui conosco, obrigado pela vinda: nós vamos desenvolver um projeto de base, principalmente nos Municípios deste País, porque a maioria deles não tem mais do que 50 mil habitantes, o módulo que será composto de uma quadra coberta, um campo de futebol *society* com grama sintética e uma academia ao ar livre.

O projeto está quase concluído, nós vamos começar a apresentá-lo aos Municípios. Os Deputados poderão também, por meio de emendas parlamentares, fazer a destinação desse módulo. Esse módulo vai chegar exatamente às cidades deste País com até 50 mil habitantes, o que vai fazer com que o Segundo Tempo e outros programas tenham condições de ter perenidade. Por quê? O Município vai dispor de uma área, e esse módulo é um módulo que, do ponto de vista do custeio, é barato para os Municípios. A Praça da Juventude, por exemplo, que alguns fizeram projetos no Ministério, depois começa a ficar onerosa para o Município, por causa da manutenção, e com o tempo vão se deteriorando e se perdendo esses equipamentos.

O módulo que a gente vai apresentar este ano, e a tendência nossa é que até 2018 a gente estará em todos os Municípios até 50 mil habitantes, ele vai permitir exatamente que programas como o Segundo Tempo não tenham dificuldade de terem continuidade, porque você vai ter uma espécie de uma vila do esporte onde você tem uma quadra, que é poliesportiva, então você tem como praticar várias modalidades nela, até como legado dos Jogos Olímpicos, que vai gerar o que chamamos de legado imaterial, em que a criança vai querer praticar essas modalidades, e o Município, por mais pobre que seja, vai ter esse módulo. Ou seja, ele não é o CIE e não é a Praça da Juventude. Ele é um módulo simples, compacto,



com esses três equipamentos, e vamos poder dar perenidade ao trabalho do Segundo Tempo.

É importante citar que o Programa Atleta na Escola tem três modalidades olímpicas e mais 10 paraolímpicas. O programa Esporte na Escola, do Segundo Tempo, que é o Mais Educação — e aí é bom deixar isso claro — é um trabalho em parceria com o Ministério da Educação. Os senhores acompanharam quando esse programa era feito em parcerias com várias entidades, com ONGs. Nós tivemos algumas dificuldades de execução, e a ideia de tirar das ONGs e atrelar às escolas e às universidades nos permitiu ter um avanço muito importante.

Vamos colocar aquele quadro do Segundo Tempo, que mostra que, em 2010, nós tínhamos 329 mil alunos atendidos com o Programa Segundo Tempo. Em 2013, nós saltamos para 3 milhões 680 crianças que estão sendo atendidas pelo Programa Segundo Tempo. E a nossa meta naturalmente é nós ampliarmos esses números de forma considerável.

Ao se observar o gráfico, vê-se que, quando houve a mudança, e colocamos o Programa Segundo Tempo em parceria com o Ministério da Educação, em 2010, eram 1.149 escolas que participavam; hoje, nós já temos 20.388 escolas cadastradas. Queremos chegar até 2018 com 40 mil escolas cadastradas, o que vai nos permitir ter um avanço considerável no Programa Segundo Tempo.

Eu quero falar um pouco do Bolsa Atleta, mas vou deixar para o Leyser, já que é parte do nosso programa de preparação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e foi o que chamamos também de uma ação muito positiva do Governo na preparação desses garotos.

Voltando aos números do Bolsa Atleta, que é importante, vemos que, ainda no Esporte na Escola, nós temos 10 mil escolas que estão sendo contempladas com a cobertura de quadras. Esse é um número no Brasil, e queremos ampliá-los para que possamos atingir um número maior. Atualmente, dessas 10 mil escolas que terão ações, nós já temos 1.067 que estão concluídas, num total de 10%; temos 3.768 que estão em obras; 1.913 que estão em licitação; e ainda 3.063 em ação preparatória.

Portanto, este ano, para nós, será um ano em que teremos que avançar muito com o trabalho nessas 10 mil escolas no Brasil, dotando-as já para o sistema, para



que o sistema, quando aprovado aqui, as escolas não tenham reclamação de que não têm espaço para isso.

Este é o exemplo de uma escola: a Escola Municipal Maria Gorete, que fica no Rio Grande do Norte. Essas quadras terão esse modelo. No âmbito das escolas, também há a Escola Municipal Pedro Simas de Souza, em Ipirá, na Bahia; a Escola Municipal José Aparecido Ferreira Franco, em Atibaia.

Então, vejam que é uma estrutura muito boa que vai permitir que os alunos possam, no contraturno das suas aulas, ter atividade física perene, contínua.

O Bolsa Atleta foi outro instrumento muito importante, vindo das gestões passadas, que terá continuidade e ampliação. Nós temos hoje 7.262 atletas beneficiados em cinco categorias de bolsas que o Ministério do Esporte concede: atletas de base, os atletas em iniciação no esporte; estudantis, atletas que participam de competições estudantis; nacionais; internacionais; olímpicos e paraolímpicos. São 12 parcelas anuais com valores que vão de 370 reais, para atletas da base e da categoria estudantil, a 3.100 reais, para os atletas olímpicos e paraolímpicos. O orçamento foi de 181 milhões em 2014.

Esse recurso tem sido trabalhado de forma perene. Temos procurado cumprir essas bolsas de forma muito gradual. Os critérios são objetivos, quer dizer, o garoto tem que realmente ter um bom desempenho. Isso se dá por *ranking*. Então, não tem escolha política, não tem atendimento político.

Foram dadas 6.528 bolsas para esportes olímpicos e paraolímpicos em 2014, num total de 535 milhões desde 2005, incluindo 106 milhões de 2014, para atletas olímpicos e paraolímpicos. A maior parte dessas bolsas é destinada a atletas da categoria de base. São 734 bolsistas não olímpicos em 2014 e 44.258 bolsas desde 2005.

Os Deputados que tiverem dúvidas sobre aspectos técnicos poderão procurar o Secretário-Executivo Ricardo Leyser.

Nós temos também convênios com várias entidades de esportes, clubes, federações, que têm sido fundamentais para a promoção e preparação de atletas em todo o Brasil. Embora os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos sejam na cidade do Rio de Janeiro e em outras que vão sediar partidas de futebol, o Ministério tem



realizado um trabalho no Brasil inteiro com convênios com clubes formadores de atletas.

O valor em convênios aumentou 420% em 1 ano, ou seja, nós saltamos de 4,5 milhões em 2012 para 23 milhões em 2013. A maior parte dos recursos é aplicada em estruturas de treinamento, equipamentos para as modalidades, contratação de profissionais e formação de equipe de base.

Por que nós fizemos esse trabalho com os clubes formadores? Porque são a base. São eles que lá, nos Estados e nos Municípios, conseguem fazer um trabalho para identificar esses meninos e meninas. Nós entendemos que a Lei Agnelo/Piva é importante porque atende o Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Paralímpico Brasileiro, mas também entendemos que era importante fazer um trabalho com os clubes formadores.

Daí a ideia desses convênios do Ministério serem feitos diretamente com esses clubes. É o caso do Grêmio Náutico, que têm estrutura para treinamento de judô, remo, ginástica e esgrima; da Sociedade de Ginástica Porto Alegre — SOGIPA; do Tijuca Tênis Clube, que tem estrutura para treinamento de basquete, nado sincronizado, natação, tênis e vôlei; do Esporte Clube Pinheiros, que tem estrutura para treinamento de atletismo, *badminton*, basquete, esgrima, ginástica artística, handebol, judô, levantamento de peso, natação, polo aquático, remo, salto ornamental, tênis, triatlo e vôlei.

Alguns clubes no Brasil me disseram: “*Ministro, por que só esses clubes mais tradicionais têm conseguido esse recurso?*” Primeiro, quero dizer que nós temos o recurso hoje disponível na CBC e qualquer clube pode apresentar o projeto, que é avaliado por uma comissão técnica, que tem, na pessoa do Lars Graef, um dos membros. Os projetos tendo viabilidade, o recurso é imediatamente liberado para a compra de equipamentos, para treinamento dos atletas nos clubes formadores. Então, é bom deixar claro que esses clubes foram atendidos exatamente porque os seus projetos foram aprovados.

A nossa ideia é modernizar essa relação com a CBC, propondo que o Ministério, através de uma comissão, em parceria com a CBC, ajude os clubes na formação do projeto, para que esse, quando chegar à CBC, possa ter naturalmente



todas as chances de ser aprovado. Hoje 17 clubes formadores no Brasil já recebem esses recursos, e nós queremos ampliar esse número muito mais.

Agora, eu quero pedir ao Leyser, nosso Secretário-Executivo, que faça sua apresentação. Quando eu cheguei ao Ministério, o Leyser estava na Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento. Foi ele quem trabalhou os Jogos Pan-Americanos, os Jogos Parapan-Americanos, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo, e estava fazendo todos os preparativos para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

O Leyser agora é o Secretário-Executivo no Ministério do Esporte e vai fazer uma rápida exposição sobre a preparação desses Jogos, o Complexo Olímpico da Barra e de Deodoro, a Rede Nacional de Treinamentos. Depois vamos abrir a palavra para os senhores tirarem dúvidas, fazerem sugestões ou darem alguma colaboração.

É isso, Sr. Presidente. Agradeço muito pelo convite. Estamos à disposição.

Apresentei esse módulo para vocês o mais rapidamente possível. É “a menina dos olhos” desta gestão, porque vai levar para a base, depois de um momento importante no alto rendimento. Agora queremos levar para os Municípios pequenos deste País esse módulo, que é uma estrutura básica para permitir a popularização do esporte no Brasil.

Quero também contar com o apoio dos Deputados e de suas emendas no próximo ano. Inicialmente, vamos atender poucos Municípios, em função dos recursos parcos que temos hoje em decorrência da situação econômica, mas a ideia é, nos próximos anos, termos, principalmente nas emendas, um grande aporte para levar às cidades do Brasil esse módulo composto de uma quadra coberta, um campo de futebol *society* e uma academia ao ar livre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Eu é que agradeço, Ministro George Hilton.

Vamos passar a palavra ao Secretário Leyser e, em seguida, aos autores do requerimento, Deputados José Rocha, Silvio Torres e Danrlei.

Com a palavra o Secretário-Executivo Ricardo Leyser.



O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - Obrigado, Deputado Márcio Marinho. Quero saudar todos os Deputados presentes e o Ministro George Hilton.

Farei uma breve atualização sobre a preparação do Brasil para o Rio 2016, os Jogos Olímpicos e os Jogos Paraolímpicos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiro tratarei do legado. O Brasil planejou um projeto de transformação do esporte brasileiro a partir da oportunidade que tivemos de sediar os Jogos Olímpicos e os Jogos Paraolímpicos. A construção desse legado tem quatro dimensões importantes, que são os Centros de Iniciação ao Esporte, a Rede Nacional de Treinamento, as obras olímpicas propriamente ditas e a gestão de seu legado e o Plano Brasil Medalhas, que é a preparação do nosso time para os Jogos.

O Centro de Iniciação é um programa do PAC 2 voltado a Municípios do Grupo G1: Norte, Nordeste e Centro-Oeste — mais de 70 mil habitantes; Sul e Sudeste — mais de 100 mil habitantes.

Foram selecionados 285 projetos, dos quais 269 estão contratados e 244 iniciados. É uma infraestrutura de treinamento, um ginásio coberto com dimensões oficiais, às vezes acompanhado de uma quadra externa no modelo 2, às vezes no minicomplexo de atletismo ou no modelo 3, o que permite que os Municípios tenham o primeiro equipamento oficial de qualidade para a prática esportiva. Eles foram mapeados junto com o Programa Minha Casa, Minha Vida, com áreas de mais violência, e têm uma distribuição nacional.

Vou mostrar no mapa essa distribuição dos centros.

Nós estamos com algo em torno de 1 bilhão de reais no PAC 2, e essa infraestrutura é um dos grandes legados dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, fazendo conexão com todos aqueles programas sociais que o Ministro apresentou, principalmente com o Programa Atleta na Escola, em que a ideia é, a partir da participação das escolas nas competições nacionais, já poder selecionar os primeiros talentos e desenvolvê-los também nesses centros de iniciação.

Eles têm uma característica entre a formação de base, o social e o rendimento. Então, é um equipamento para a primeira formação dos atletas, a formação inicial, mas já com dimensões oficiais.



Esse ginásio tem uma característica oficial, mas não é um equipamento para competição. Ele já tem a quadra 40x20, por exemplo — a maior parte das cidades não tem isso para a prática oficial do futsal e do handebol. Ele tem 12 metros de altura, o que, para a prática do vôlei e da ginástica rítmica, é importante.

A nossa infraestrutura nas cidades é muito antiga e não se presta à prática oficial dessas modalidades, e a oficina de iniciação já representa uma modernização desse ponto de vista de se poder fazer a prática nas dimensões oficiais e nas condições ideais, apesar de ser um equipamento de iniciação. Não é o mais caro do mundo, não é o mais moderno, não tem nada importado, mas permite que esses atletas, na formação da base, já tenham melhores condições.

A Rede Nacional de Treinamento foi a tentativa do Ministério de estruturar um programa que desse suporte ao atleta. Os senhores sabem que a dimensão continental do Brasil coloca um desafio muito grande para a formação do atleta. Como é desenvolvido o talento de um menino ou de uma menina na cidade do interior? Às vezes não tem uma pista de atletismo oficial, não tem uma piscina olímpica, não tem essa condição. Então, a Rede Nacional é a ideia de articular os centros entre Municípios, Estados, Confederações Nacionais, Comitê Olímpico e Paralímpico para que o atleta tenha um caminho de desenvolvimento desde a sua identificação, o seu início, até chegar a um alto rendimento e, eventualmente, participar de competições no exterior e ter técnicos estrangeiros.

Junto com o centro de iniciação ele tem uma importância muito grande para o Ministério do Esporte, porque representa um dos pilares da nossa política, do nosso legado dos Jogos Olímpicos, que é a nacionalização dos jogos.

Portanto, nós estamos, junto com a realização dos Jogos no Rio de Janeiro, espalhando equipamentos esportivos por todo o Brasil, cuidando dessa carência que nós temos espalhada pelos diversos Estados e criando uma maior participação dos Estados na formação dos atletas brasileiros, porque às vezes há uma concentração Sul-Sudeste muito grande. Quer dizer, no Norte, Nordeste e mesmo no Centro-Oeste a infraestrutura e as condições de treinamento são muito ruins.

A Rede é composta por pistas de atletismo. Hoje nós temos uma meta de chegar a 2016 com 53 pistas oficiais espalhadas pelo Brasil e uma pista em cada capital brasileira, pelo menos. Nós temos feito a maior parte dessas pistas em



parceria com as universidades federais, porque é mais simples para nós, mas também porque nós temos sempre a escola de educação física junto dessa pista. Então, você tem profissionais qualificados disponíveis para operar essas pistas

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Leyser, algumas pessoas questionaram por que as pistas estão sendo feitas dentro das universidades federais. Porque a ideia não é só ter o equipamento, mas ter também toda a equipe que possa fazer o treinamento dos atletas.

Ou seja, as universidades já são dotadas de profissionais de educação física, o que torna, não só do ponto de vista da gestão, da manutenção dessas pistas, mas também da promoção através de recursos humanos, que são professores de educação física.

Obviamente, se um Município ou um Estado quiser apresentar um projeto de criação de uma Vila Olímpica em que haja, como é o caso de Campo Grande... Quer dizer, a de Campo Grande não é dentro da universidade, a de Campo Grande é fora da universidade. Mas o Município tem que assumir o compromisso de proporcionar profissionais de educação física para fazer, naturalmente, os treinamentos dos profissionais do atletismo, e a gestão.

Então, optamos por fazer nas universidades porque aliamos, naturalmente, a gestão desses espaços à equipe multidisciplinar de que normalmente essas universidades já são dotadas.

O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - A concepção da Rede é ter centros nacionais, onde haja o que existe de mais moderno à disposição, para preparar a elite; centros regionais, que permitam a todos os Estados o acesso a uma prática mais sofisticada; e centros de base. E aí, a cada esporte nós temos um desenho.

No atletismo temos um desenho muito forte, que sai de quatro centros nacionais. Um nós até estamos construindo em Cascavel. Quando o Deputado Evandro Roman era Secretário Estadual, nós fizemos lá uma parceria. Mas com as pistas nas universidades, com os minicentros de atletismo do centro de iniciação, a cada estágio de evolução do atleta temos um equipamento adequado.

Na ginástica nós fizemos a maior aquisição de equipamentos da história. Temos aí uma quantidade de centros muito grande. E já há uma característica mista.



Nesses centros aqui temos atletas da seleção e temos iniciação do esporte. Então, são modalidades que vão se beneficiando dessa infraestrutura.

Um equipamento de ginástica como esse permanece de 10 anos a 15 anos em bom estado de conservação. Então, é uma estrutura que tem uma durabilidade, tem uma contribuição para o futuro do nosso esporte muito grande. E, como os senhores podem ver, espalhados pelas diversas capitais, sempre onde há uma prática. O que estamos fazendo muito é modernizar as instalações onde já existe aquela prática.

Por exemplo, esses centros de ginástica eram todos locais onde já existia um trabalho, uma tradição, e estavam há muitos anos sem investimento. E nós estamos fazendo esse investimento.

O Ministro, com o nosso Presidente, amanhã vai visitar o Centro de Judô em Lauro de Freitas, que é um centro nacional, o Centro Pan-Americano, o Centro das Américas de treinamento de judô. E esses equipamentos todos vão construindo uma infraestrutura e um conceito de gestão, porque todos eles têm equipe multidisciplinar, técnicos, um trabalho mais arrumado.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Leyser, acho que é importante também registrarmos... Quando eu disse que viemos de um círculo virtuoso que já vem desde 2007, com os Jogos Pan-Americanos, há um questionamento: mas qual é o legado dos Jogos Pan-Americanos?

Percebo uma evolução muito grande dos Jogos Pan-Americanos para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Ou seja, a importância de um país sediar muitos eventos é que a cada evento, naturalmente, há uma evolução importante. E a preparação dessa rede de treinamentos, que hoje está em todo o País, é um exemplo de maturidade.

Quando nós falamos que o Brasil está preparado para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, é porque a experiência do Pan, do Parapan, da Copa das Confederações e da Copa do Mundo nos permitiu corrigir eventuais erros que tenha havido do ponto de vista de legado. E há hoje uma preocupação não somente em entregar esses equipamentos a tempo, mas também de determinar, através do Sistema Nacional, como é que vai ser a gestão desses equipamentos. E depois? E depois de 2016, como ficará? De quem será a responsabilidade? Quem serão os



entes que irão cuidar de espaços importantes como esses que estão sendo entregues em todo o País, formando essa Rede Nacional de Treinamento?

O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - Esta é uma das nossas joias da Coroa do legado: o Centro Paraolímpico Brasileiro. Além de toda complexidade e excelência do equipamento, há uma questão simbólica importante: ele está situado onde era a antiga FEBEM Imigrantes, em São Paulo. É uma parceria nossa com o Governo do Estado. Nós estamos com um projeto muito grande para o Brasil ser...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - Quantos metros? Acho que são mais de 30 mil metros. Eu vou pesquisar, Deputado, e já te darei a notícia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - Ele está chegando sendo concluído. Vai ter uma piscina coberta, atletismo e diversos ginásios. Foi também baseado em uma experiência nossa. Estamos nos principais centros do mundo. China e Ucrânia são países que estão na nossa frente. Adaptamos à realidade brasileira.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Eu queria, inclusive, fazer uma sugestão ao Presidente Márcio Marinho para que nós, na próxima semana, ou na data que a Comissão entender conveniente, fizéssemos uma visita ao Complexo Olímpico da Barra e de Deodoro, para os senhores verem a evolução das obras, algo realmente fantástico. É uma sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcio Marinho) - Já está marcada para a próxima segunda-feira.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Excelente, maravilhoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Só para informar ao Sr. Ministro que já temos uma visita marcada para segunda-feira para acompanharmos as obras no Rio de Janeiro. Inclusive, já está confirmada a presença do Prefeito Eduardo Paes na visita que faremos.

O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - Outra grande joia da Coroa do legado é o Centro de Formação Olímpica, em Fortaleza, que está sendo concluído. É também um complexo espetacular, que foi construído com muita rapidez e que leva ao Nordeste um pouco dessa qualidade. É um equipamento de referência para



treinamento internacional e uma arena muito grande, a maior do Brasil, com 17 mil lugares definitivos, climatizada. Hoje temos uma deficiência muito grande nessa área de arenas. Faltam arenas no Brasil para os grandes eventos. Tem uma piscina Olímpica igual à que vai ser usada no Rio 2016, a pista e o alojamento. Com o Estádio Castelão, compõem um dos melhores complexos do mundo, com certeza, em termos de prática esportiva.

A estrutura da Rede é esta: vamos ter o legado dos Jogos Olímpicos, Parque Olímpico da Barra e Parque Olímpico de Deodoro, grandes centros modernos, com ciência e tecnologia, equipes multidisciplinares, técnicos estrangeiros e o que for necessário enquanto centros multiesportivos, que estarão apoiados em uma rede de centros nacionais de modalidades, como os de atletismo, os de handebol, os de ginástica, que são centros dentro da lógica daquela modalidade; centros regionais de treinamentos, como o de Fortaleza — e aí recuperamos o Sete, em Porto Alegre, um equipamento estadual importante, Baby Barione, em São Paulo, está em obras; o Ginásio Geraldão e o complexo de piscinas lá em Recife também; destinamos obras à Vila Olímpica de Manaus, ou seja, vários centros regionais — e os centros de iniciação, os trabalhos nos clubes e os trabalhos não necessariamente de rendimento, mas de iniciação esportiva, que o Ministro apresentou, nas escolas, nos clubes, nas ONGs, enfim, aquele trabalho mais amplo. Organizamos, então, essa Rede.

O Centro Olímpico de Treinamento, que seria o topo da nossa *player* de redes, que são as obras olímpicas, uma parte legado do Pan-Americano de 2007, uma parte legado dos jogos mundiais de 2011, uma parte legado da Copa do Mundo de 2014. O Brasil conseguiu fazer uma coisa racional ao distribuir esses investimentos ao longo do tempo.

Então, aqui temos o Complexo, em Deodoro, que tem o tiro, vai ter a canoagem, que é o Parque Radical, e o BMX; vai ter uma pequena arena; já tem, com a Lei de Incentivo ao Esporte, uma pista e um pequeno complexo com alojamento, em parceria com a Vale; do outro lado; um centro de judô, que também já funciona; um centro de hóquei, a única instalação oficial de hóquei sobre a grama no Brasil; o hipismo e o pentatlo.



Então, aqui é o que vai acontecer em termos de Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em Deodoro.

E, na Barra da Tijuca, o Parque Olímpico, com três ginásios novos, a quadra de handebol, que vai ser desmontada, e o centro aquático, que depois vão virar outras instalações, porque não eram necessários. Por exemplo, a piscina tem 18 mil lugares para espectadores. Nós não precisamos de 18 mil lugares. Isso vai ser transformado depois numa arena multiuso fora do Rio de Janeiro. Ela pode ser desmontada e colocada. De forma que nós vamos ficar com o centro só com aquilo realmente, em termos de legado, que for necessário, sem elefantes brancos, sem equipamentos exagerados.

A Matriz de Responsabilidades foi uma evolução nossa do planejamento em relação ao PAN. Aprovou-se em lei e a Autoridade Pública Olímpica, que é um consórcio interfederativo — o Município, o Estado do Rio de Janeiro e a União —, tem a obrigação de tornar público o custo dos Jogos, que está traduzido nessa Matriz de Responsabilidades.

Então, é a parte do Governo, que hoje está em 6,6 bilhões de reais, e há aí uma participação de investimentos privados muito significativa. Acho que nós soubemos aproveitar o bom momento econômico que o Brasil viveu nesses anos para conseguir atrair a iniciativa privada para o financiamento dos Jogos Olímpicos.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - É importante dizer isso porque os senhores podem ver que uma boa parte dos investimentos é de recursos privados, ou seja, nós tivemos todo o cuidado de promover um evento mundial, que vai atrair muitos investimentos para o País na área do turismo, do comércio, mas tivemos o cuidado de procurar uma parceria muito importante com o setor privado, o que, naturalmente, não foge àquelas críticas que houve na época da Copa de que os recursos poderiam ter sido destinados a outras áreas. Até nisso nós vemos a evolução importante que os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos estão trazendo para nós. Isso reforça a ideia de que a Lei de Incentivo ao Esporte precisa, meu querido João Derly, Presidente da Frente Parlamentar do Esporte, continuar indeterminadamente, porque ela tem permitido que o setor privado faça muitos aportes. Claro que nesse caso não foi a Lei de Incentivo, foram parcerias público-privadas, mas isso demonstra uma maturidade muito grande nessa relação que nós



queremos estabelecer no sistema nacional. O Sistema Nacional do Esporte não consegue levar adiante sozinho uma política nacional de forma perene se não houver a participação ativa do setor privado. E o nosso objetivo é o de que a cada ano diminuam os investimentos públicos e o setor privado participe, como acontece nas grandes potências mundiais, onde essa ação do setor privado no esporte é perene e contínua.

O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - Além da Matriz nós temos um trabalho que nós chamamos de Antecipação de Políticas Públicas, como a questão de se entregar, até 2016, vários projetos de infraestrutura urbana, de transporte. São os BRTs, metrô, aeroporto, no Rio de Janeiro, de forma que eles já estivessem disponíveis para os Jogos. Não são projetos dos Jogos, são projetos que a cidade tinha o objetivo de construir, alguns há décadas, e nós conseguimos antecipar essa infraestrutura para a data dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

Há alguns outros investimentos importantes, principalmente agora em maio, quando nós devemos conseguir o credenciamento, que vai ser um tema importante. Nós construímos um novo laboratório de controle de dopagem. É uma política nova de combate à dopagem que o Brasil teve que implantar e que está sob a responsabilidade do Ministério do Esporte. E nós, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, construímos o laboratório que vai fazer os eventos olímpicos no quesito controle de dopagem. Mas é um grande legado, porque hoje essa questão do *doping* no esporte é um tema muito problemático e muito moderno, e o Brasil não estava cumprindo a convenção internacional da UNESCO, que exige, hoje, uma série de providências não só no esporte de alto rendimento, mas nas academias.

Hoje o desempenho esportivo e o *doping* são temas de saúde pública. E são cada vez mais relevantes. Nós construímos um dos mais modernos laboratórios do mundo na área.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Esse laboratório reúne tudo o que há de mais moderno. Inclusive, a WADA, órgão máximo internacional, está vindo em junho para o credenciamento. Nós acreditamos que o Brasil vai inaugurar um novo momento na política de controle de dopagem. Isso é o que há de revolucionário para a saúde dos nossos jovens.



Infelizmente nós temos um problema sério, hoje, no País. Nas academias, os nossos jovens estão tomando anabolizantes. Quer dizer, o papel do laboratório será importantíssimo no Sistema Nacional do Esporte. Por isso eu estou chamando a atenção dos senhores, porque todos esses eventos são maravilhosos para o Brasil, para a imagem do Brasil, para o turismo, para a cultura e para a saúde, mas não podemos esquecer que o grande legado de todo esse período é nós aprovarmos aqui o Sistema Nacional do Esporte, que vai determinar, através de uma lei de diretrizes e bases, qual deverá ser o papel de todos os entes públicos e privados na política de esporte no Brasil.

O controle de dopagem é algo que vai além. Temos que entender que isso é muito profundo. Ou seja, o Brasil está na direção que os países do mundo inteiro adotaram: precisamos cuidar da saúde dos jovens e evitar cenas lamentáveis como as que temos visto na imprensa: atletas, pessoas sendo mutiladas por causa da utilização dessa substância.

Então, quero destacar esse legado dos Jogos Olímpicos com a inauguração desse laboratório. Vamos inaugurar um novo momento, uma nova visão de prevenção da saúde dos jovens.

O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - O último ponto, Ministro, é a preparação do time brasileiro, o Plano Brasil Medalhas.

A Presidenta Dilma destinou, para esse ciclo olímpico, 1 bilhão de reais adicionais, parte para o financiamento das obras de legado, parte para as equipes multidisciplinares e para o apoio ao atleta propriamente dito. São centros de treinamento, é uma categoria nova do Bolsa Atleta, o Bolsa Pódio. Nós também pagamos toda a equipe multidisciplinar de apoio a essas seleções e a participação dos atletas nas competições internacionais.

A Bolsa Pódio vai de 5 a 15 mil reais. Se você estiver entre os três primeiros do *ranking*, 15 mil reais. Depois, 11 mil, 8 mil e 5 mil.

Essas são as modalidades em que hoje há atletas. Nem sempre quer dizer que essa modalidade em que nós somos uma potência, mas quer dizer que temos um atleta que tem uma chance. Já mostra uma característica um pouco diferente, uma amplitude grande nessa prática. Já mostra que muitos atletas, mesmo em



modalidades com pouca prática, estão chegando à condição de disputar uma medalha.

No Paraolímpico são essas 16 modalidades. Também é importante essa pluralidade no Paraolímpico.

No Paraolímpico o Brasil é uma potência muito grande no atletismo e na natação. Para avançar um pouquinho no quadro de medalhas, precisa que essas outras modalidades também comecem a gerar medalhas.

Hoje nós temos 403 atletas que têm o Bolsa Pódio. Além disso, eles têm recursos estatais. As modalidades individuais nós apoiamos pelo Bolsa Pódio e as coletivas, pelos patrocínios estatais. Por quê? Porque no time coletivo não há como vincular o benefício ao atleta, porque ele pode ser convocado ou não. Ou seja, as seleções coletivas têm uma multiplicidade de atletas. Então, nós apoiamos pelas estatais. Além disso, a equipe multidisciplinar tem até 5 mil reais por profissional. Foi uma grande revolução em termos da prática esportiva no Brasil. Nós estamos com vários exemplos. Vou citar o da Ana Marcela, campeã mundial de maratona aquática, e o da Poliana Okimoto, que agora está contundida. São as duas melhores atletas do mundo em maratona aquática.

Com esse apoio do programa elas passaram a ter uma nutricionista. O que nós descobrimos? Que a Poliana tinha um problema de intolerância a amido. Então nós mudamos toda a sua alimentação. A Ana Marcela tinha um problema com a panela de brigadeiro: toda vez que ela ia para casa voltava fora do peso. Quando se corrigiu isso, para dar um exemplo, a Ana Marcela, em 2014, subiu ao pódio em todas as etapas do circuito mundial. E ela participou de todas as etapas. Ela parou de comer o brigadeiro ou, em vez de uma panela, passou a comer dois ou três brigadeiros. É claro que é um caso curioso. Mas o fato de haver médicos, nutricionistas, psicólogos do esporte e fisiologistas para todas essas modalidades... É claro que uma ou outra tinha essa experiência, uma ou outra tinha um psicólogo, uma ou outra tinha um nutricionista. Agora, todas têm a equipe mais completa. Isso está provocando uma revolução em termos da profissionalização dessa prática esportiva no Brasil.

Compramos também equipamentos. Eles são muito caros, porque são importados. Estamos financiando a participação nas competições internacionais.



Hoje é muito caro. Se você não estiver participando do circuito internacional, você não vai chegar a um campeonato mundial ou a uma Olimpíada com chance de ganhar medalhas. Se não tiver participado das diversas etapas, não terá como chegar a uma final ou chegar preparado. Esse é o resumo da preparação.

Nós conseguimos, em 2013 e 2014, nos nossos pontos de controle, grandes resultados. Temos um critério que é o seguinte: a avaliação das provas olímpicas, nos campeonatos mundiais, durante o ciclo. Então, em 2013, nos campeonatos mundiais em que houve provas olímpicas, o Brasil fez 27 medalhas. Isso não projeta, necessariamente, 27 medalhas nos Jogos Olímpicos. É diferente. Mas, para se ter uma noção, no ciclo anterior, em 2009, 4 anos antes, nós tínhamos feito nove medalhas nesse critério. O melhor desempenho do Brasil tinha sido 11 medalhas no ciclo de 2005, no ano de 2005.

Isso mostra um pouco a evolução. Em 2014 também, nos Jogos Olímpicos da Juventude, mais que dobramos o número de medalhas. Nem todo ano há os mesmos mundiais. Em 2014 houve menos mundiais, e há 24 atletas também que estão entre os três primeiros do mundo.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Eu quero encerrar a nossa participação, para ouvir os senhores, com um filmete que a gente fez que mostra a beleza, primeiro, do Rio de Janeiro, uma cidade linda, e como não só o Rio, mas o Brasil vai ganhar muito em todos os pontos com os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos que teremos.

Eu gostaria que os senhores presenciassem a importância disso. A partir daí, estaremos aqui à disposição para ouvi-los.

O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - Ministro, eu só vou dar a informação que o Deputado pediu: o Centro Paraolímpico tem 90 mil metros quadrados. Eu errei em três vezes o tamanho. São 90 mil metros quadrados.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Vamos, então, assistir ao filme?

(Exibição de vídeo.)

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Esse é o Centro de Saltos Ornamentais de Brasília. *(Pausa.)*

Esse é o Centro de Formação Olímpica em Fortaleza. *(Pausa.)*

Esse é o Parque Olímpico de Deodoro. *(Pausa.)*



Esse é o Centro de Judô em Lauro de Freitas, na Bahia. *(Pausa.)*

Esse é o Centro de Atletismo em São Bernardo do Campo. *(Pausa.)*

Esse é o Centro de Treinamento em São Caetano do Sul, São Paulo.
(Pausa.)

Esse é o Centro de Ginástica em São Bernardo do Campo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Eu queria parabenizar aqui o Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, Ricardo Leyser, pela exposição, também o Ministro George Hilton.

Antes de iniciarmos o debate, lembro àqueles que chegaram depois que esta audiência pública da Comissão do Esporte, proposta pelos Deputados José Rocha, Silvío Torres e Danrlei de Deus Hinterholz, proponentes desta audiência que estão aqui presente, tem por objetivo debater os planos, programas e projetos do Ministério para os próximos anos, bem como fazer um balanço dos preparativos dos Jogos Olímpicos de 2016 e trazer informações a respeito da Lei de Incentivo ao Esporte, como já foi aqui colocado.

Nós vamos passar a palavra aos proponentes dos requerimentos. Esclareço que cada debatedor terá o tempo de 3 minutos, para fazer as suas interpelações ao Ministro e também ao Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, Ricardo Leyser.

Passo a palavra ao conterrâneo, Deputado José Rocha, do Estado da Bahia. Como eu sou torcedor do Bahia, estou muito ávido para que meu time dispute com o time de V.Exa., o Vitória.

Com a palavra o Deputado José Rocha, um dos autores do requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Quero cumprimentar o nosso ilustre Presidente, Deputado Márcio Marinho, que honra a Bahia aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, e que dirige esta Comissão com muito brilhantismo; o nosso Ministro George Hilton, nosso colega Deputado, que também honra esta Casa no Executivo, dirigindo uma Pasta importante para a sociedade brasileira, que é a do esporte; e o Secretário Ricardo Leyser, nosso grande amigo, colaborador da área do esporte que empresta seu conhecimento, inteligência e competência a este segmento importante.

Meus caros colegas Deputadas e Deputados, imprensa, Ministro, primeiramente, quero parabenizar V.Exa. pelo programa que apresenta, pelos



planos e projetos para os seus 4 anos à frente do Ministério do Esporte, segmento que é uma paixão do brasileiro. Não tenha dúvida de que mais de 200 milhões de brasileiros torcem pelo nosso esporte, não só o esporte olímpico, mas também o futebol, que é a paixão de todos nós.

Temos aqui um Ba-Vi: eu, que fui Presidente desta Comissão, com muita honra, e o atual Presidente, houve um Vitória, agora, um Bahia, e vamos nos encontrar agora na final da Copa do Nordeste. Haverá uma grande disputa lá no Barradão, que tive a honra de construir quando fui Presidente do Esporte Clube Vitória. E vou convidar o Ministro para assistir a esse Ba-Vi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - E vai torcer pelo Bahia!

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não, eu acho que não! Ele é baiano, eu acho que ele tem bom gosto, ele vai torcer pelo Vitória.

Ministro, eu ouvi atentamente a explanação de V.Exa., a do Secretário Ricardo Leyser e, realmente, impressiona-nos muito esse programa e as novidades que estão sendo implantadas pelo Ministério do Esporte. E, também, a continuidade desse trabalho, como disse V.Exa., do ex-Ministro Orlando Silva, do ex-Ministro Aldo Rebelo, que agora está sendo inovado ainda mais. Isso que é importante: a criatividade e a inovação nessa área.

Eu tive a honra aqui de relatar projetos importantes dessa área, tanto na alteração da Lei Pelé, para a qual criamos o capítulo do Clube Formador, da nossa lavra, com a participação de todos os segmentos da área do futebol. Tive a oportunidade de relatar aqui também a alteração no Estatuto do Torcedor — tivemos a oportunidade de modernizá-lo —, também o Bolsa-Atleta, criando a Bolsa-Pódio, o qual eu tive a honra também de relatar nesta Casa.

Então, tem sido para mim aqui um aprendizado muito grande nesta área. E vejo que a modernização do esporte brasileiro e do futebol tem andado a passos largos durante esse período, com nova legislação, com a participação do Ministério do Esporte e de todos os segmentos da área.

Temos agora a MP 671, da qual V.Exa. falou, para a qual deverá ser instalada Comissão Especial na próxima quarta-feira, que criará um debate muito profundo e profícuo aqui nesta Casa dessas relações dentro da área do esporte. Acho que vai ser muito importante para os clubes brasileiros e, de maneira geral, para o esporte.



Quanto à CBC, nós relatamos que tivemos a oportunidade de incluir a CBC como entidade que pudesse receber recursos para a implementação do esporte olímpico.

Ministro, gostaria de fazer basicamente três perguntas a V.Exa.: primeira, qual orçamento o Ministério disporá este ano? Segunda, qual o nível de contingenciamento que esse orçamento poderá sofrer agora, com esta crise que o País atravessa? E, terceira, qual o nível de execução desse orçamento após o seu contingenciamento?

E quero dizer que o Deputado Márcio Marinho tem uma responsabilidade muito grande, não só por ser baiano e ser Presidente da Comissão, como também pelo fato de o Ministro ser baiano: nós precisamos levar para a Bahia um centro de formação olímpico. Lá no Complexo da Fonte Nova, havia uma piscina olímpica, e, com a reforma dele, ela desapareceu. Nós ficamos com muita inveja quando vimos Fortaleza com esse belíssimo Centro Olímpico, e gostaríamos que também a Bahia fosse contemplada, vamos trabalhar para isso.

Na qualidade de membro da Comissão de Orçamento desta Casa, coloco-me inteiramente à disposição para trabalhar no sentido de reforçar o orçamento do Ministério do Esporte. Podem contar com a nossa participação na Comissão de Orçamento, cujo Relator-Geral será o Deputado Ricardo Barros. Nós teremos oportunidade de dar um reforço muito grande no orçamento do seu Ministério, que penso ser de interesse de todos os brasileiros.

Estão presentes aqui colegas dirigentes de futebol e ex-atletas. Gostaria de aproveitar para dizer que nós temos o ciclo olímpico: durante 4 anos se trabalha nas Olimpíadas, e o Brasil está dentro desse ciclo olímpico para 2016. Nós temos também, Ministro, que ter o ciclo da Copa do Mundo: que comecemos 4 anos antes a preparar o evento da Copa do Mundo. Então, nós perdemos uma oportunidade no Brasil de ter tido uma posição melhor no resultado final. Eu acho que temos que trabalhar isso.

Outra pergunta é em relação à autoridade pública olímpica, se já foi definido o titular ou se ainda está em definição quem vai ser realmente. Ministro, V.Exa. já tem informação de quem será a autoridade pública olímpica?

Era isso, Sr. Presidente.



Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Sr. Presidente, só uma pergunta: são 3 minutos para todos os debatedores ou os autores do requerimento têm tempo livre?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Os autores do requerimento têm a prerrogativa de usar um maior tempo.

Nós vamos ouvir os três autores do requerimento da audiência pública e depois passaremos a palavra aos Deputados.

Caso os Parlamentares queiram fazer as perguntas, como fez o nobre amigo Deputado José Rocha, o Ministro já vai responder aos três, para haver uma dinâmica melhor.

Com a palavra o Deputado Silvio Torres, também autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Quero saudar o nosso Ministro e lhe agradecer pela presença, uma vez que é a primeira vez que vem à nossa Comissão, quero saudar também o Ricardo Leyser, que é um velho amigo, frequentador da nossa área esportiva, e o Presidente.

Vou tentar ser objetivo, não vou entrar no tempo do Deputado Danrlei, vou usar só o meu.

Primeiro, vou perguntar para o Sr. Ricardo.

Eu fiz algumas anotações. Foi dito que foram ganhas 27 medalhas nos mundiais disputados, nos últimos 4 anos. Queria saber qual a projeção de medalhas para as Olimpíadas? Lembro que o Brasil estabeleceu uma meta para as Olimpíadas de Londres que, salvo engano, não foi atingida. Houve também na época toda uma preparação e bastante investimento para poder ter um resultado melhor. Quais são as nossas metas agora, tanto para o Olímpico quanto para o pré-Olímpico?

Outra pergunta: quantas modalidades serão disputadas fora do Rio de Janeiro e em que locais? E acrescento: nós estamos com uma disputa de futebol prevista em São Paulo, e há o complicador do custo adicional para a colocação de arquibancada, mas ainda não se sabe quem vai bancar. Eu acho que não é o Corinthians, não, é Andres? (*Riso.*) Como será resolvido esse impasse?

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - O Prefeito me enganou uma vez, mas não engana duas, não.



O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Foi só uma pequena brincadeira.

Outra questão objetiva, Ministro: boa parte das empresas envolvidas na Operação Lava-Jato também está envolvida nas obras do Rio. Qual o impacto disso? Está havendo alguma dificuldade na continuação?

Outro ponto que também acho importante sabermos. Na previsão no estatuto social do Rio 2016, um eventual resultado positivo financeiro do Comitê Organizador das Olimpíadas seria dividido assim: ao Comitê Olímpico do Brasil, 20%; ao Comitê Olímpico Internacional, 20%; um benefício geral ao esporte do País, 60. Isso constou do acordo de cidade-sede. Eu queria saber se há uma projeção realmente de um resultado positivo ou se acontecerá como na Copa do Mundo? O País começou imaginando que ia fazer a Copa com recurso privado, ao final foram mais de 80% de recursos públicos, a FIFA levou 8,5 bilhões de lucro — embora tenha deixado 100 milhões apenas para serem gastos como legado aqui para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Com a palavra o nobre amigo, Deputado Danrlei de Deus, também um dos autores do requerimento.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Eu quero saudar o Ministro, a quem agradeço por vir aqui nos apresentar esses projetos tão importantes; o nosso Presidente Márcio Marinho; e o Secretário Ricardo Leyser, que sempre trabalhou muito e de forma contundente em favor do esporte.

Eu fiquei muito feliz pelo que vi, diferente do vimos nesta Comissão em relação à Copa do Mundo. Eu me sinto um pouco mais tranquilo, vejo que realmente o trabalho está sendo feito de forma séria e correta.

Tenho certeza absoluta de que o legado será totalmente diferente do que foi o da Copa, pelo número de modalidades das Olimpíadas.

Eu comecei a minha vida no desporto com 6 anos de idade, na minha escola, em Crissiumal, no interior do Rio Grande do Sul, cidade com 10 mil habitantes, Ministro. Graças a essa oportunidade que a minha escola me deu, eu tive as condições de chegar aonde cheguei como atleta, honra-me muito ter participado de uma Olimpíada, de ter sido um atleta olímpico e de ter sido um atleta medalhista olímpico brasileiro, o que muito me orgulha.

Vejo que nós estamos no caminho certo para fazer uma bela Olimpíada e uma bela Paraolimpíada. Eu quero ajudar tanto que esse requerimento de audiência



foi feito para que pudéssemos ter noção exata do andamento dessas obras e tudo mais.

Com relação aos projetos, Ministro — eu vou ser bem rápido, até porque todos querem falar, o tempo é curto —, quero saber sobre o esporte na escola. Eu digo isso porque eu comecei dessa forma, praticando handebol, vôlei, basquete, até salto em altura eu fiz, para se ter ideia do quanto eu joguei nos jogos escolares do Rio Grande do Sul. Eu vi aqui que são até 50 mil habitantes. Existe alguma possibilidade, existe alguma previsão futura de repassar isso para todos os Municípios do País mais à frente, mais ou menos, na mesma situação em que o FNDE coloca a questão das escolas, porque é por número de habitantes de cada Município. Aí você pode, por exemplo, dizer o seguinte: *“Municípios com 10 mil habitantes têm direito a tanto, 20 mil...”* Você pode subir esse número gradativamente, porque eu, que vim de cidade pequena, sei — e no Rio Grande do Sul a maioria dos Municípios tem menos de 50 mil habitantes — que tem muita gente com grandes condições de, quem sabe, futuramente, junto com a educação, se tornar um grande atleta. Portanto, a minha única pergunta foi essa.

Gostaria de agradecer-lhe novamente, parabenizando-o pelos projetos. Trabalhe, sim, em cima da iniciação, porque a iniciação é o futuro para que tenhamos grandes atletas neste País. Nós estamos trabalhando agora na Subcomissão do Plano Nacional do Desporto, lançada recentemente. Vamos precisar muito de V.Exa., Ministro, porque trabalharemos em favor do desporto educacional. A nossa ideia é fazer um trabalho direcionado para aquilo que V.Exa. disse. Queremos muito o apoio do Ministério para isso. Tenho certeza de que o nosso Presidente vai estar conosco nessa Subcomissão, para que possamos fazer um trabalho, Ricardo, que é muito importante, para que nos próximos 10 anos, pelo menos, tenhamos uma diretriz do que queremos para o desporto brasileiro no futuro.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Para abrir os debates, tem a palavra o Ministro George Hilton.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Quero agradecer aos Deputados José Rocha, Silvio Torres e Danrlei pelas falas, todas bem precisas, dentro da nossa linha



de trabalho. É claro que a algumas perguntas o Leyser vai responder em função de envolverem os Jogos Olímpicos e os Jogos Paraolímpicos.

O nosso orçamento foi fechado em 3 bilhões e 200 milhões de reais, isso sem o contingenciamento que vamos esperar ainda. Mas eu tenho percebido, tanto da parte da Presidenta, como do Ministro Levy e do Ministro Nelson Barbosa, a preocupação de, apesar do contingenciamento, preservar, sobretudo, os programas em curso, como o Programa Bolsa Atleta e o Plano Brasil Medalhas, as obras das Olimpíadas, tanto na Barra da Tijuca, como em Deodoro, no Brasil, através da Rede Nacional de Treinamento.

Eu não tenho ainda, naturalmente, os números pós-contingenciamento, mas uma coisa nós começamos a fazer desde que os Ministros foram informados de que haveria, sim, cortes. Temos procurado manter todos esses programas essenciais, como o de formação de atletas. Acredito que o contingenciamento será muito pequeno, porque há um trabalho de articulação muito grande. Como V.Exa. disse, é o momento olímpico, é o momento em que o País respira isso. Eu tenho certeza de que vamos poder, primeiro, manter todos esses programas do alto rendimento, como o Bolsa Atleta e o Bolsa Pódio, equipar essas áreas no Brasil inteiro com os equipamentos necessários. Eu acredito que todos esses programas serão mantidos, sim.

Os cortes, certamente, vão atingir os novos investimentos, ou seja, aqueles novos projetos que V.Exa. pleiteia aqui, e acho justo que a Bahia tenha um Centro de Formação Olímpica. Notadamente, esses novos projetos sofrerão certo contingenciamento. Esses projetos não serão cancelados ou invalidados, mas naturalmente será preciso um período maior, uma distensão de tempo para a realização desses projetos nos próximos anos. Mas os programas em curso serão mantidos, até porque são programas que não podem ser interrompidos em função do momento olímpico.

As perguntas feitas pelo Deputado Silvio Torres são direcionadas naturalmente ao Ricardo Leyser, que tem os números.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - O requerimento era mais para ouvir sobre a parte...

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - O Leyser vai responder a elas.



O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Então, para economizar processo...

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Acho que são perguntas pertinentes e fundamentais.

O Deputado Danrlei fala sobre aquilo que é o cerne da segunda etapa desse processo, do ciclo virtuoso dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, que é a base.

Deputado Danrlei, para que o esporte na escola tenha esse alcance, precisamos de uma política nacional integrada entre os Governos Municipais, Estaduais e Federal; senão, ela não terá continuidade. O Governo Federal, no caso da escola, tem um protagonismo muito maior, porque a responsabilidade do ensino fundamental hoje, embora seja dos Municípios... Nós temos que entender que o Plano Nacional de Esporte, aprovado nesta Casa ano passado, contempla avanços importantes na questão educacional, mas faltou exatamente o planejamento para a área de educação física e de esportes. No sistema nacional, nós temos que trazer o Ministério da Educação para essa responsabilidade. O Ministério do Esporte terá que equipar essas escolas, sim, porque é função nossa, mas é preciso que haja uma política nacional dentro das escolas de ensino fundamental, para que tenhamos a iniciação dessas crianças já na idade mais tenra.

No que depender do Ministério do Esporte, queremos que os prefeitos nos deem condições de ampliar o número de crianças atendidas, independente do número de habitantes. Quando eu falei de 50 mil, é o módulo que vamos estabelecer, e será um plano de popularização. Queremos universalizar esses espaços em todo o País.

Então, a partir deste ano, vamos fazer esses módulos, que são compostos de uma quadra coberta, um campo de futebol *society* e academia ao ar livre. A nossa ideia, com o apoio da Comissão de Orçamento, é que tenhamos recursos extras para começar a implementá-lo nas cidades até 50 mil habitantes. Depois que conseguirmos fazer esse corte e atender, nós vamos partir para a segunda etapa, com emendas parlamentares e com orçamento do Ministério do Esporte.

Vamos chamar esse módulo de Vila do Esporte. É o que chamamos de revolução na base, meu querido Orlando Silva, nosso Ministro muito honrado, que agora exerce um papel fundamental aqui também na Comissão. É o que eu chamo de revolução na base. Avançamos no alto rendimento, avançamos com os Jogos



Olímpicos, mas agora é preciso ter um olhar mais focado para as pequenas cidades, que normalmente ficam de fora.

Falo isso por causa do norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, em que as cidades normalmente não passam de 10, 20, 30 mil habitantes. Essas cidades, se não tiverem uma emenda parlamentar, dificilmente conseguem ser contempladas. A ideia é que haja uma política nacional agora direcionada a esses Municípios através desse módulo, que será a Vila do Esporte, que os senhores vão conhecer nos próximos dias.

Peço ao Leyser que responda agora à questão do Deputado Silvio Torres.

O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - Obrigado, Ministro.

É muito bom tê-lo de volta, Deputado Silvio Torres, ao esporte. O senhor tinha nos trocado por um tempinho pela habitação. Estávamos sentindo sua falta.

É o primeiro ciclo olímpico em que o Brasil tem uma meta clara de resultado. Essa discussão começou ao final de Pequim. O então Ministro Orlando Silva fez a cobrança pública ao Comitê Olímpico de que tínhamos que começar a trabalhar com planejamento, com metas. Naquele primeiro ciclo que antecedeu Londres, ainda houve certa resistência das entidades esportivas a essa ideia de que era preciso ter um objetivo, mas conseguimos vencer essa discussão.

Hoje é unânime essa ideia de ter uma visão, um planejamento desse resultado. A meta para Rio 2016 é que fiquemos entre os dez primeiros pela quantidade de medalhas nos Jogos Olímpicos. Isso historicamente significa alguma coisa entre 23 e 30 medalhas no total.

Na série histórica, a partir do número de 23 medalhas, começamos a disputar essa décima posição. O máximo que um décimo colocado obteve historicamente foram 30 medalhas. Então, nessa faixa, avaliamos hoje que, se tivermos em torno de 25, 30 medalhas, esse resultado estaria assegurado. Para os Jogos Paraolímpicos, o Top 5 é a meta. No caso dos Paraolímpicos, há quantidades de ouros e diferenciações em termos da dinâmica de cada um dos esportes.

Em Londres, nós tivemos 17 medalhas; foi o melhor resultado. Não houve um não atingimento da meta, porque a meta não estava formalizada. O que houve foi que, à época, o então Ministro Aldo Rebelo fez a cobrança ao Comitê Olímpico de que o Ministério do Esporte ainda achava que estávamos aquém da nossa



possibilidade e do nosso investimento. Vigésimo primeiro por ouro, décimo sexto em total: em torno disso é o histórico.

A meta de décimo olímpico é uma meta ousada. Não é uma meta automática, mas é uma meta factível. É muito difícil projetar medalha e resultado, porque se depende não só da própria preparação, mas também da preparação dos outros. Pode se investir muito, se preparar bem, mas os outros podem fazer isso melhor. É para isso que existem os jogos, justamente para apurar esses resultados.

Hoje todos os indicadores prévios estão mostrando que temos essa condição, porque temos feito 24, 27 nos mundiais. Se somássemos, seria até possível passar das 30 se considerarmos todos os mundiais que aconteceram. É claro que não é automático assim. Então, achamos que esses resultados estão projetando nossa presença entre os 10 primeiros, estão indicando que podemos conquistar entre 23 e 27 medalhas, com possibilidade de cumprir esse nosso planejamento.

Uma entidade, uma empresa internacional que trabalha com esporte, a Infostrada, publicou há 2 semanas uma projeção geral dizendo que o Brasil poderia estar em oitavo lugar a partir da análise deles sobre os resultados esportivos. Então, tudo indica que nós estamos bem, mas vamos ter que aguardar realmente os jogos. Não dá para ganhar por antecipação.

Fora do Rio de Janeiro, vamos ter só a modalidade futebol. Hoje seria em Salvador, Brasília, Belo Horizonte, Manaus e São Paulo. O custo de organização desses eventos é do Comitê Organizador. E o Comitê Organizador tem debatido com o poder público o que é possível ser fornecido em termos de serviços públicos.

Então, não é algo em que há um financiamento federal, e há um debate local. Por isso, às vezes, tem-se uma situação mais acirrada, um debate em uma cidade ou outra, porque há a orientação do Governo sobre o Comitê Organizador de que esses jogos sejam econômicos, se busquem parcerias, não seja necessário realmente um grande investimento público nessa operação. Isso tem sido negociado com as cidades.

São Paulo ainda tem alguns detalhes que estão sendo discutidos com a Prefeitura. O Itaquerão já foi colocado à disposição.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Itaquerão não: Arena Corinthians!



O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - Arena Corinthians, o.k., até não vender os *naming rights* — não é, Deputado? —; aí nós vamos ter outro nome, com certeza com muitos recursos alocados ao nosso Corinthians.

Há essa discussão. O estádio vai ser lá. Faltam alguns detalhes...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Foi definido, então?

O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - Foi definido que vai ser lá, mas existem detalhes...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não sabem quem vai pagar.

O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - Não, sabem, Deputado. Mas há algumas questões, por exemplo, gratuidade do sistema público para os voluntários que vão trabalhar ou não, qual é a exata dimensão? A nossa impressão é que o estádio já comporta toda a necessidade de operação. Não seriam necessários *overlays*, tendas.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Só um aparte, 1 minutinho, Ricardo.

O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - Pois não.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Esquece! Não vai haver em São Paulo Olimpíadas.

O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - O.k.

Mas há essa negociação. Se por acaso a cidade eventualmente não arcar ou não for possível, nas outras quatro cidades você distribui os jogos. A nossa visão é de algo positivo, mas está em andamento essa discussão.

As empresas da Lava-Jato são uma realidade. Nos parques olímpicos do Rio há uma presença mais em Deodoro, na área norte, onde está a Queiroz Galvão. No nosso legado, está presente no Centro Paraolímpico de São Paulo, onde está a OAS, e também no Centro do Nordeste, onde está a Galvão Engenharia.

Nós não temos tido nenhum tipo de problema com essas empresas. Há apenas um cuidado redobrado em termos de garantir o fluxo financeiro. São empresas que têm dificuldades hoje de se autofinanciar. Então, existe a preocupação do Governo Federal de que os processos burocráticos, de fiscalização e de pagamento transcorram dentro de um cronograma ajustado, para que não haja nenhum tipo de problema de recursos, uma vez que essas empresas têm dificuldade



de financiamento. Mas nem em Deodoro, nem no Centro Paraolímpico de São Paulo, nem em Fortaleza, temos tido qualquer tipo de problema.

Por último, Deputado, o resultado financeiro é uma previsão. Nós trabalhamos acompanhando esse orçamento. É um orçamento cem por cento privado. Não há recursos públicos. Hoje a projeção é de um orçamento equilibrado. Quer dizer, então, não temos nem lucro, nem prejuízo.

É claro que o ideal é que sempre sobre alguma coisa, é melhor do que ter prejuízo. É difícil que consigamos fechar exatamente zerado, cem por cento equilibrado, mas hoje podemos dizer que esse orçamento está projetando para um equilíbrio, não para uma sobra. Obviamente, se percebêssemos a possibilidade de um lucro significativo durante os jogos, poderíamos pedir, por exemplo, que o Comitê custeasse os jogos lá no Corinthians. E resolveríamos, por exemplo, esse problema em São Paulo. Então, se aparecer esse lucro em algum momento, vamos sugerir uma destinação adequada a ele.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Só para registrar, se houver um prejuízo, é o Governo que vai bancar? São os Governos que bancam?

O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - Seriam os três Governos. Mas hoje teríamos realmente que elogiar o esforço de captação com o setor privado. São em torno de 7 bilhões e meio entre os direitos internacionais, porque o COI coloca dinheiro, os direitos de televisão. Nós sabemos que a TV americana geralmente paga 2 bilhões de dólares para transmitir todos os jogos de verão ou de inverno. Uma parte disso vem para o Comitê Organizador, os patrocinadores brasileiros. E esse trabalho de captação realmente atingiu a meta que estava no dossiê de candidatura, atingiu em torno de 7 bilhões e meio de reais.

Então, realmente, a pujança do nosso setor privado tem nos permitido uma situação confortável que não aponta, neste momento, para nenhum tipo de aporte necessário diretamente ao Comitê Organizador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Muito bem. Vamos agora passar a palavra aos outros Parlamentares. Ouviremos cinco Parlamentares para poder o Ministro responder, até pela hora, que já são 12h23min. Alguns Parlamentares se inscreveram para o debate: Deputado Fábio Mitidieri...



O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Pelo adiantado da hora, sugiro que todos os Parlamentares possam falar. Depois, o Ministro faz uma síntese. É mais prático. Sugiro que possamos sintetizar as falas também. Há muitas falas aqui que já estão contempladas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Vou consultar aqui. Tudo bem, Ministro? (*Pausa.*) Está certo.

Eu pediria que os Deputados fossem bem objetivos na pergunta para que pudéssemos adiantar a nossa audiência pública.

Com a palavra o Deputado Evandro Roman, porque o Fábio Mitidieri não está presente agora.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROGERIO ROMAN - Sr. Ministro, obrigado pelas explanações. Obrigado também ao Sr. Ricardo Leyser, Secretário-Executivo.

Eu queria me posicionar, primeiramente, dizendo assim: mediante o que foi apresentado, conforme foi realmente passado, se alguém tinha alguma dúvida de que as Olimpíadas não são só no Rio de Janeiro, mas também no Brasil, eu tenho certeza de que, com essas explanações, percebeu que quem se organizou, quem realmente planejou, conseguiu levá-las aos seus Estados e fazer com que as ações chegassem até lá.

Eu o parabenizo pela explanação, pela forma clara. A distribuição foi feita pelo Brasil todo. Então, as Olimpíadas são realizadas no Rio de Janeiro, principalmente, mas as competições estão distribuídas por quase todo o Brasil.

Eu anotei alguns pontos — procurarei ser breve —, dentro das ações que nós tivemos aqui, e inicio pela Lei de Incentivo. Eu diria que a Lei de Incentivo passará agora por uma reformulação, o que citei em outra reunião, mas nós temos que ter uma articulação e uma harmonia boa com o Conselho Federal de Contabilidade, porque há uma dificuldade grande. O Conselho acaba, em alguns momentos — não o Conselho, os contadores —, colocando que isso irá atrair para dentro das empresas uma fiscalização maior. Ou seja, a zona de conforto acaba nos impedindo a captação. Isso é uma dificuldade, numa linha dessas.

Quanto ao Programa Segundo Tempo, eu vejo que a ideia é fantástica, foi criada, elaborada. Não é dinheiro que falta. Em várias ações foi realmente mostrado que não é dinheiro que falta. Mas, quando ele chegou lá na ponta, dentro da nossa



clientela que está dentro da escola, nós tivemos uma dificuldade muito grande com essa soberania dentro da escola, que tem que ser realmente preservada. Quando chegou ali, ele não teve esse acompanhamento, principalmente a questão da metodologia.

Ninguém está criticando situações anteriores ou não, porque só se consegue detectar o defeito ou a ação quando colocada na prática. Então, não podemos ser engenheiros de obra pronta aqui e atacar isso ou aquilo. Detectou-se que temos uma dificuldade, e esse é um dos pontos que eu falo já na sequência.

O esporte na escola eu falo que é uma ação boa, porém o recurso encaminhado ainda é pequeno. Mas nós temos uma ação para ser bem elaborada. O professor de educação física que lá está é um generalista. Ele está ali, tem as suas concepções. É dentro das suas concepções ideológicas que muitos trabalham, diferenciando o esporte da educação física. Há uma diferença ideológica grande dentro da própria classe, eu diria. O Estado do Paraná, por exemplo, tem 6.500 profissionais de educação física só na rede estadual, e isso é uma colcha de retalhos. Nessa colcha de retalhos, cada um age conforme sua metodologia. Eu diria que um programa de capacitação para esses profissionais daria um salto muito grande, preparando-os para o esporte na escola. Essa é uma linha, dentro da minha visão sobre o programa, que é fantástica.

Essa ação é ligada à Sociedade Brasileira de Pediatria, que trabalha com a especificidade do esporte a partir dos 12 anos. Nós temos que ter uma conversa em relação a isso aqui.

Eu estou acelerando justamente para que todos possam falar, conforme recomendação do nosso Presidente, Deputado Márcio Marinho.

A questão ideológica é um embate grande. Isso nós vamos mostrar na apresentação do Deputado Deley sobre o Plano Nacional do Desporto.

Eu vejo que no Plano Nacional do Desporto, mediante o que os senhores apresentaram, há um trabalho fantástico do alto rendimento, um trabalho muito bom, mas nós vamos ter que trabalhar muito fortemente, mas muito fortemente mesmo, na questão escolar, do esporte educacional até os 24 anos, que é quando o aluno está na universidade. A partir do momento em que nós tivermos uma ação presente



e forte em relação a isso aqui, podem ter certeza de que o trabalho vai ser muito bom.

E não há como nós trabalharmos um plano nacional — eu diria que até um projeto de semente olímpica, que é uma ação — sem que nós venhamos a envolver saúde, educação, esporte, ciência e tecnologia. Eu acho que, levando essa ação forte entre esses quatro Ministérios para dentro do Governo Estadual e dos Governos Municipais, nós vamos iniciar um projeto de semente olímpica, sim. Precisamos unir essas quatro ações.

Quanto ao esporte escolar, eu falo também sobre a questão da saúde, do combate à obesidade infantojuvenil. Se nós conseguirmos, Ministro, unir a saúde, a educação e a ciência e tecnologia com o esporte, o senhor pode ter certeza de que nós vamos ter uma ação muito forte para a frente, principalmente a questão da saúde. Nós vamos iniciar um trabalho de combate à obesidade infantojuvenil, que é uma precursora do diabetes, do mau colesterol, da hipertensão, das cardiopatias, que são as chamadas doenças crônicas degenerativas. E qual é a fórmula? Eu não sei, nós temos que discutir. Ninguém aqui está trazendo uma receita pronta. Nós vamos ter que discutir para que nós possamos chegar dentro dessa ação.

Existe um processo nessa capacitação que é nós detectarmos geneticamente, por intermédio de um DNA olímpico, quais são as ações que nós temos. Hoje nós temos exames pela íris, pelas digitais, por um marcador bioquímico, que é a alfa-actinina 2, um marcador sanguíneo com o qual se consegue detectar quem tem força, resistência, velocidade em membros superiores, inferiores. Enfim, consegue-se chegar a esses detalhes. Isso está distante? Está, mas temos que planejar isso, conforme eu ouvi de uma fala feita aqui, para 10 anos, 20 anos. Então, dentro dessas ações, acredito que nós podemos ir desenvolvendo esse processo.

Quero parabenizá-lo pela manutenção de boa parte da equipe, como o Ricardo Leyser, o Ricardo Avellar, pessoas que realmente estão acompanhando há um bom tempo as ações dentro do Ministério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Eu pediria aos nobres Deputados que fossem mais objetivos, para que os outros Parlamentares pudessem se manifestar também.



Deputado Abdon, eu estou aqui pedindo a complacência dos colegas para serem bem objetivos.

O Deputado Andres Sanchez está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Primeiro, quero parabenizar o Ministro, principalmente pela continuidade do que já vinha acontecendo no Ministério. Isso é muito importante, porque existe a mania neste País de cortar tudo pela metade quando mudam os dirigentes ou os partidos. Isso é um mal para o País, é um dos males deste País. Parabenizo também o Secretário Ricardo pela apresentação.

Vou ser rápido, até para deixar o Ministro falar mais do que eu. Eu entendo, recapitulando um pouco tudo isso, que, em relação ao esporte, se nós não começarmos na base, daqui a 10 anos nós vamos estar remando para obter 5, ou 10, ou 80 medalhas.

O objetivo de fazermos o esporte não é a medalha. Eu acho que o Ministro e o Secretário Ricardo têm que cobrar desempenho, mas isso depende de um atleta, de um dia bom, de um momento, de um vento, de um monte de razões que fogem do investimento, que fogem de toda a preparação. Então, se nós estamos pensando em fazer investimento para ganhar medalha, por mim, paremos já. Eu acho que nós temos que pensar em investimento para fazer o esporte crescer como um todo, independente de se obterem medalhas, o que, como eu disse, depende de vários fatores.

Sobre a MP, Sr. Ministro, eu disse pessoalmente ao senhor que estou decepcionado, não com o senhor, mas com a Casa Civil, que não ouviu o que tinha que ser feito.

O senhor já deve ter notícia, pois já devem ter ligado para o senhor, de que nenhum clube das Séries A, B, C ou D vai entrar no refinanciamento. Esta Casa tem que mudar alguns pontos — e espero que mude, para os clubes poderem realmente participar da Timemania —, porque, como eu disse, havia coisas inconstitucionais. Ninguém aqui é mais oposição à CBF do que eu, mas quem tem que mudar a CBF são os clubes e as federações. Infelizmente, puseram coisas que sabíamos que iam dar muitos problemas e criar muitas dificuldades.



E é isto: hoje a imprensa já está dizendo que os clubes não vão entrar, que vai ficar isso ou aquilo. A Vale aderiu ao REFIS para renegociar 45 bilhões de reais no ano passado, uma coisa anormal neste País, e no futebol há esse preconceito total.

Então, eu queria que o senhor considerasse isso com mais carinho, porque da Casa Civil eu já desisti. Eu queria que o senhor considerasse isso como esporte, assim como o Presidente, a Comissão e as outras comissões que virão, os Parlamentares, e entendesse como o nobre Deputado Deley diz: ou queremos futebol, ou não queremos futebol. Esta é opção do Governo, opção do cidadão brasileiro: ou nós queremos futebol, ou não queremos futebol. O Corinthians é o primeiro em natação no Brasil, e a Confederação de Natação não dá 1 centavo ao Corinthians.

Então, esse negócio de mandar verba para confederações de esporte tem que ser revisto, porque ela realmente não chega aos clubes. O que chega aos clubes é relativo à Lei de Incentivo Fiscal — essa, sim, é uma lei muito importante. Agora, o dinheiro que vai para confederações não chega a clube nenhum. O senhor pode perguntar ao Pinheiros, ao Minas, ao Corinthians, ao Flamengo, que fazem esporte olímpico.

Deixo aqui o meu abraço, sendo rápido — os 2 minutos que sobraram o Ministro pode usar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Certo, Deputado Andres Sanchez.

Com a palavra o Deputado Hiran Gonçalves. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado João Derly.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Sr. Presidente, caro Ministro, Sr. Ricardo Leyser, vou tentar ser bem objetivo, que temos tempo reduzido.

O Programa Bolsa Atleta, no meu modo de ver, tem necessidade de uma reforma. Em relação à bolsa internacional, por exemplo, o atleta que ganhou medalha de bronze num campeonato sul-americano tem direito à mesma bolsa de um atleta campeão mundial. Então, este é o momento de pensar, refletir e fazer essa reforma.



Sobre os esportes não olímpicos, no caso da MMA, por exemplo, qualquer entidade que for a principal pode receber bolsa-atleta. Então, este é o momento de refletirmos e falarmos um pouco mais sobre a reforma do Bolsa Atleta.

Em relação às pistas nas universidades, nós temos um problema no Rio Grande do Sul. A pista não é aberta ao público em alguns momentos. As pistas são feitas só para atletas de rendimento e serão utilizadas prioritariamente por eles ou são abertas ao público? É importante revermos essa questão. No Centro Estadual de Treinamento Esportivo — CETE há a possibilidade de ambos a utilizarem, e agora vai haver até uma pista por fora, para caminhada do público em geral.

Sobre o módulo, eu acho que é importante diversificarmos e darmos oportunidade a cidades com população menor. Eu acho que é uma alternativa boa, para a massificação do esporte, haver espaços públicos para a prática desportiva. Isso é um legado, que chamamos de legado intangível, que é o fortalecimento da cultura esportiva no País.

Quanto ao sistema nacional, eu gostaria de saber se já existe uma previsão de tempo para a chegada desse sistema, se temos um tempo para que possamos também ajudar na discussão da construção desse sistema. E, então, através da Comissão, através da Frente ou da Subcomissão do Plano Nacional, talvez possamos trazer também essa discussão e ajudar na construção desse sistema, que é bem-vindo e é fundamental.

Se verificarmos a Constituição, veremos que a educação tem diversos itens e artigos, assim como a cultura, e o espaço do esporte é bem reduzido, por não ter nenhum plano, nenhum sistema consolidado, que é uma política de Estado, e acho que isso tem uma eficácia muito grande.

Sobre os investimentos — vou falar rapidinho, para tentar concluir; eu teria outras coisas para falar —, eu defendo recurso vinculado para o esporte. Se nós observarmos o ano de 2014, veremos que 64% do orçamento foi direcionado a grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Então, temos que ter uma política e um recurso vinculado, para que, independentemente de passar o ano de 2016, de passar o período das Olimpíadas, tenhamos recursos e garantias para desenvolver o esporte no nosso País e não fiquemos só nos grandes eventos.



Enfim, eu teria que falar sobre a Lei de Incentivo, a possibilidade de alguma mudança para o lucro presumido, que acho que é uma discussão importante que devemos fazer, tem que ser ampliado o seu prazo, mas podemos também trabalhar nesse sentido, não sei se para a ampliação ou para a empresa de lucro presumido. Enfim, não vou tomar mais o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Deputado João Derly.

Quero chamar aqui o Vice-Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Valle, para assumir a presidência, porque terei que me retirar um pouquinho, e dar sequência à exposição dos oradores.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados, de forma bem objetiva, eu tenho aqui um questionamento. Nós estamos no ano de 2015, Ministro George Hilton, e há a possibilidade — na verdade, há uma imposição, realmente — de que façamos uma reformulação na Lei de Incentivo ao Esporte. Aqui foram criadas algumas Subcomissões. Uma delas é diretamente ligada à questão do futebol; outra, ao esporte olímpico; outra, ao esporte de maneira geral. Acredito que todos nós iremos nos debruçar sobre o tema.

Mas nós verificamos que, durante a vigência da lei, mais de 80% dos recursos que foram canalizados pela lei beneficiaram especificamente uma região do País, que foi a Região Sudeste. Então, como proposta a V.Exa., e é claro que nós também iremos fazer esse adendo, seria importante que nós pensássemos na democratização desses recursos, inclusive com a possibilidade de treinar agentes que farão esses projetos em todo o território nacional, seminários, cursos, etc.

Outra questão que nos é cara nesse processo é a possibilidade, a exemplo do que colocou o Deputado Andres Sanchez, de que os clubes que trabalham especificamente ou também com o esporte olímpico, a exemplo do futebol, possam ser atendidos de uma forma mais democrática com esse aporte de recursos. Na verdade, eles são grandes formadores de atletas, e seria importante que houvesse um estímulo nesse sentido também, além das federações, que fazem um trabalho importante.



A última observação, dentro do tempo que me foi destinado, é fazer um apelo a V.Exa., que, além de Ministro, é Deputado e certamente tem uma sensibilidade para com o Parlamento, para que seja, eu diria, um intermediário, um interlocutor, junto ao Governo, a fim de que essa medida provisória que nos foi impingida goela abaixo — eu me sinto particularmente enganado, a exemplo, acho, de todos aqueles que construíram o projeto durante os últimos anos — possa ter um viés que seja palatável, possa ser exequível, tanto na modernização do futebol quanto na reestruturação da dívida dos clubes. Os clubes estão dispostos, todos eles, a ter responsabilidade gerencial, mas nós não podemos aceitar a intervenção e a forma draconiana e, eu diria até, impossível de ser colocada na realidade que foi proposta na medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Com a palavra o Deputado André Abdon.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ ABDON - Quero cumprimentar primeiramente o nosso Ministro, o nosso Presidente Marinho, todos os nossos colegas Deputados e dizer que este parabéns ao Ministro é devido à sensibilidade de buscar de início todos os Municípios. Nós, no Amapá, temos apenas dezesseis Municípios, sendo apenas dois com mais de 50 mil habitantes. Então, agradeço ao Ministro, em especial pela nossa terra.

Quero dizer que também é dos Municípios que sai a juventude, de que somos exportadores. Os grandes centros são importadores desses meninos, que não têm as condições necessárias nos Municípios. Muitas vezes, ficam os nomes dos grandes Estados com essa patente. Então, temos esse início — e os meus parabéns foram muito por isso — para valorizar as regiões mais longínquas do nosso Estado, do nosso País. Temos lá a região das Guianas. Há um intercâmbio com a Guiana Francesa, que é também uma área de extrema importância.

O nosso eterno atleta Danrlei exemplificou a questão pessoal do início do esporte na escola. Então, a família, o esporte e a escola fazem parte desse resgate e da valorização de todas essas crianças. Eu vejo que a otimização do atleta não é quando ele já é adulto, vem da criança. Eu acho que ele se tornará muito mais vencedor quando esse projeto começa na infância, na adolescência e atinge esse



potencial maior para nos dar esse orgulho de medalhas, conforme discutido aqui, num momento de ápice da idade adulta.

Que isso valha para o nosso País e para a consciência de todos nós que estamos envolvidos num projeto de esporte no Brasil!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Com a palavra o Deputado Hélio Leite.

O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE - Sr. Ministro e toda sua equipe, a quem saúdo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro fiquei feliz quando percebi aqui a estrutura que está sendo construída para que nós possamos ter um bom êxito nas Olimpíadas. Com certeza, isso é importante, porque representa também um incentivo cada vez maior à prática de esportes.

Como eu só tenho 2 minutos, primeiro gostaria de dizer que participei aqui da reunião da Lei de Incentivo Fiscal. A Tatiana deu um *show* aqui, com certeza absoluta, pela sua explanação e muito conhecimento. Parabéns à sua equipe!

Eu fiz um requerimento, aprovado ontem nesta Casa, para poder levar incentivo ao Estado do Pará, a fim de que nós possamos também subir naquele quadro, já que o Estado do Pará está com uma participação muito pequena em projetos. Eu gostaria de contar com o apoio do Ministério, para que nós possamos fazer uma divulgação, convidar contadores, representantes da indústria e do comércio, a fim de que possam também compartilhar esse momento.

Eu gostaria de fazer uma sugestão a V.Exa. Primeiro, eu fui Prefeito de uma cidade e construí 32 ginásios poliesportivos em 8 anos. Lá eu fiz também alguns programas que foram importantes na parte mais periférica da cidade. Lá havia áreas abandonadas, terrenos de 10 metros por 30 metros, terrenos maiores. Eu fiz lá um projeto levando condição de implantar um campo de vôlei: fizemos a limpeza da área, colocamos areia, rede, colete e bola para o pessoal praticar vôlei nas partes ocupadas por um lixão e terreno baldio.

Ministro, eu quero fazer uma sugestão ao senhor. Eu acho importante a prática da estrutura macro, mas é necessário que nós possamos também vislumbrar aqueles que moram nos bairros, nas vias, nos lugarejos, que precisam também de condições à prática de esporte. Alguns praticam boxe, mas não têm uma luva, um



tatame, enfim, não têm as condições necessárias. Eu queria sugerir a V.Exa. que fizesse um projeto nesse sentido para que possa contemplar escolinha de futebol, de vôlei, de lutas, que são várias. Nessa campanha eu visitei academias na periferia, num bairro bem carente, e vi que é necessário nós levarmos para lá a prática do esporte e incentivá-la. Há gente que está praticando luta e nem tem protetor bucal. É preciso inseri-los e melhorar cada vez mais. Então, eu acho que é importante que haja uma atuação macro, mas também, Ministro, que atuemos nesse esporte amador, que precisa tanto.

Eu estou me colocando à disposição. Vou fazer uma emenda nesse sentido. Mas gostaria que V.Exa., na próxima reunião em que viesse aqui, trouxesse um plano que definisse uma atuação pequena, para que nós possamos melhorar e dar condição para que aqueles que estão excluídos da prática do esporte possam amanhã acompanhar, estar presente nesses grandes centros, desenvolvendo o esporte.

Nós não podemos excluir talentos natos. Se não fizermos um projeto dessa natureza, excluiremos talentos natos, que poderão amanhã ter o perfil de grandes medalhistas.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Eu vou responder, para depois não ficar muita coisa e até desenvolver melhor o raciocínio.

Vou pegar a fala do Deputado Evandro Roman — ele já saiu —, que eu achei ótima, sobre a questão de trazer o Conselho Federal de Contabilidade para a discussão do sistema. Ou seja, o Sistema Nacional tem que ter muita responsabilidade, porque ele vai definir de uma vez por todas e criar uma lei de diretrizes e bases que tem que contemplar todas essas questões. Ele não pode faltar.

A Lei Pelé, por exemplo, foi um grande marco para o esporte, mas volta e meia a gente tem que fazer alterações. Quer dizer, o sistema é a Lei Pelé, só que de maneira muito ampla, definindo responsabilidades de todos os entes.

Acho que nós temos que voltar à prática da educação física. Por quê? Nós temos um diagnóstico que vai ser apresentado aos senhores. O Ministério do Esporte levou 3 anos fazendo esse diagnóstico, que mostra uma realidade preocupante: 45% da população brasileira é sedentária, apenas 25% praticam



esporte. Então, quando ele fala de preocupação com a saúde, problemas de obesidade, doenças provocadas por sedentarismo, é claro que é preciso atrelar à saúde o esporte e a educação. Aliás, são três áreas que têm que trabalhar conjuntamente. Outras áreas, como a da cultura, também têm, mas educação, esporte e saúde são fundamentais não só para desenvolver atletas ou desenvolver a criança, é uma questão de prevenção até para o poder público. Se tivermos um trabalho bem feito nessas três áreas integradas, naturalmente o Estado terá futuramente economia na despesa com saúde pública, com segurança pública e com outros problemas socioeconômicos que acontecem e atingem a sociedade. O diagnóstico, inclusive, vai ser entregue para o Presidente desta Comissão, que vai divulgá-lo para V.Exas.

O Deputado Andres Sanchez fala do esporte na base, como também falou o Deputado Hélio Leite. Deputado Hélio Leite, esse módulo nosso, que vai se chamar Vila do Esporte, é exatamente isso aí. Ele sai dos grandes centros e pode ser aplicado exatamente nas comunidades ribeirinhas, nas comunidades indígenas, nas comunidades quilombolas, nos assentamentos, porque a Vila do Esporte vai definir critérios no seu corte, como foi feito com o CIE.

O PAC 2 estabeleceu que o CIE teria que ser próximo de áreas consideradas de vulnerabilidade social. O que nós queremos com o módulo é que ele atinja regiões que normalmente estão totalmente alijadas de equipamentos públicos. Por que vamos começar com Municípios que têm até 50 mil habitantes? Porque no corte que temos são as cidades que normalmente ficam de fora. Outra coisa: Deputado André Abdon, nós já conseguimos iniciar esse processo com os Estados de fronteira, que foi um recurso que o Deputado Jucá conseguiu por emenda extra. E ele carimbou para que seja nos Estados de fronteira o início desse processo dos módulos.

Então, vamos começar basicamente pela Região Norte do Brasil e a Região Sul também. De lá serão os primeiros Municípios a receber esses módulos. Aí vai ficar a articulação do Prefeito para que ele leve esses equipamentos a regiões e a áreas consideradas periféricas, onde há a necessidade de prática desportiva.

O Deputado Rogério Marinho também traz um tema importante, o da reformulação da Lei de Incentivo ao Esporte, e com ele concordo em número,



gênero e grau. Nós temos que trabalhar a ideia não só de reformulação dessa lei, mas também de sua divulgação — o Deputado Hélio também falou sobre isso. Nós, do Ministério do Esporte, vamos realizar seminários em todo o Brasil, nas Assembleias Legislativas. Vamos regionalizá-los, com a presença de Prefeitos e de Deputados Estaduais, com o intuito de esclarecer todos os pontos e disseminar a proposta de forma muito clara e didática, como foi feito aqui na Comissão.

Eu vou visitar as federações de indústrias dos Estados. Para quê? Para fazer o trabalho de convencimento dos empresários, porque é o momento, é um ciclo virtuoso, e não podemos deixar, Deputado Evandro, para depois das Olimpíadas. Então, o ideal é, na ida aos Estados, termos uma reunião com os presidentes de federações dos Estados e explicarmos sobre a Lei de Incentivo ao Esporte. Nada melhor para uma empresa, em época difícil da economia, do que ter a sua marca atrelada ao esporte, à prática desportiva, à construção de arenas multiuso, ao patrocínio de projetos de formação de atletas. Então, o Ministério está preparando todo um trabalho, que vai ser disseminado nos Estados.

A quem mais faltou eu responder? O Deputado André Abdon fala dos pequenos Municípios, e já lhe respondo. Inclusive não serão só os pequenos Municípios, vamos começar agora com os Estados — o Estado de V.Exa. será um dos inicialmente atendidos. O Pará também, por ser um Estado...

Já respondi ao Deputado Rogério Marinho, ao Deputado André Abdon, ao Deputado Hélio Leite. O Deputado João Derly falou sobre o Bolsa Atleta, relativamente àquela diferenciação entre o atleta nacional e o atleta internacional. Seria isso? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Eu só levantei um ponto que pode ser reformulado...

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - De um critério...

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - ... o critério da bolsa internacional, ou seja, o atleta medalhista de bronze ou participante do sul-americano ou de mundial.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - O Leyser vai anotar isso direito, para podermos levar ao nosso Secretário de Alto Rendimento, Carlos Geraldo — já anotou, Secretário?



V.Exa. tocou em um tema legal: recurso vinculado. Claro, após os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, nós temos que fazer um trabalho muito grande de convencimento junto ao Planejamento, para que esses recursos continuem no Ministério do Esporte. Eu acho que o papel da Comissão será fundamental no convencimento junto ao Governo Federal. Nós vamos fazer esse trabalho junto à Casa Civil, junto ao Planejamento para que esses recursos continuem disponíveis e possamos fazer aquela inversão que eu coloquei: fazer uma revolução no esporte de base.

O módulo é uma realidade. Nós não podemos hoje — e aí falo para o Deputado Hélio Leite — trazer números muito claros, ainda, porque estávamos em processo de contingenciamento. Estamos aguardando para ver a realidade desse orçamento. Mas o bom é que ele não será apenas para este ano. Ele vai iniciar-se este ano, mas vai ter um processo até 2000... até o final da nossa gestão, para que possamos chegar a todos esses Municípios. O módulo vai permitir a massificação do esporte e, mais do que isso, sua popularização, porque, nessas áreas de quadras cobertas, podem-se praticar várias modalidades, a exemplo do que seria no CIE — Centro de Iniciação ao Esporte, só que muito mais barato, mais compacto. E o Município poderá assumir a gestão de forma mais barata, sem a dificuldade da continuidade e do comprometimento desses módulos.

Eu acho que era isso que eu tinha a responder aos Deputados que me fizeram a pergunta.

O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE - Sr. Ministro, desculpe-me a insistência, mas eu falei também, permeando essas situações, sobre aquele pessoal que vive na academia de periferia e que não tem protetores; sobre aquele pessoal das escolinhas de futebol que não tem, às vezes, coletes; sobre aquele pessoal que fica praticando o esporte pelo amor de alguém que foi atleta, de alguém que tem conhecimento, de alguém que está ajudando. Eu acho que é importante que o Ministério pense em fazer um programa ou em criar um *kit* que possa contemplar essas pessoas que às vezes são resgatadas da marginalidade pela prática do esporte — o senhor sabe muito bem disso.

Eu gostaria que V.Exa. pedisse à sua equipe que pensasse nisso, porque é importante que nós tenhamos estudos e informações sobre as Olimpíadas, mas



também é importante que nós possamos buscar, com o *kit*, atender a esse pessoal que precisa desse incentivo, até porque o projeto que V.Exa. está lançando vai ser importante, mas, até se concretizar, vai passar 1 ano, 6 meses ou 4 meses, e ninguém sabe como vai ficar o orçamento nem quais são os Municípios que estarão aptos a firmar convênio e a receber recursos. Se V.Exa. puder pensar nisso, eu fico grato.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Claro! Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Dando continuidade — e peço aos colegas que sejam mais sucintos em virtude do horário —, concedo a palavra ao Deputado Goulart. (*Pausa.*)

Deputado César Halum. (*Pausa.*)

Deputado Roberto Góes (*Pausa.*)

Deputado Afonso Hamm. (*Pausa.*)

Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Eu queria agradecer por sua presença, Ministro. O senhor tem sido uma figura muito presente aqui no Congresso. Cumprimento meu amigo Ricardo Leyser. Parabéns, Ministro, por V.Exa. ter tido a sabedoria de aproveitar a sabedoria e a história do Leyser dentro do Ministério.

Rapidamente, se ele não quiser fazer no Corinthians, pode fazer nas Laranjeiras. Não há problema nenhum. Ele está criando muito caso.

Vamos lá! Parabéns, Deputado João Derly, por ter trazido ontem o Presidente do Comitê Olímpico Espanhol. Lamento muito, Presidente Marinho, que não tivéssemos mais presenças num momento tão importante. Parabéns, Deputado João! Foi muito importante a presença do Presidente do Comitê Olímpico.

Em termos de legado das Olimpíadas, Leyser — talvez vocês tenham falado sobre isso na apresentação —, eu estou preocupado, sim, com a questão da Baía da Guanabara, porque, quando nós apresentamos a nossa proposta olímpica, havia uma série de compromissos, como a despoluição da Guanabara e das Lagoas da Barra. Eu queria saber como anda isso.

Queria também, Leyser e Ministro, falar em relação à questão do aproveitamento do modelo... O Deputado Roman falou da questão do modelo. Eu não sei se você teve oportunidade de falar, mas eu sempre fico cobrando isto aqui,



Leyser: uma clarividência maior do nosso modelo de esporte, principalmente na questão das bases. A gente esteve em Cuba, Deputado Roman... Por exemplo, o garoto na escola... Cuba já foi uma potência olímpica e, obviamente, pelos embargos e pela evolução tecnológica do esporte, não conseguiu continuar tendo todo esse poderio olímpico. Mas penso que poderíamos ter uma clarividência maior dentro desse nosso modelo.

Hoje, Ministro, quando falamos do esporte na escola, sabemos qual é a realidade das escolas: a grande maioria das escolas no Brasil não têm quadra e não têm espaço para fazer a quadra. Um dia, conversando com o Leyser... Eu tive oportunidade de concorrer à Presidência do Fluminense, e houve uma proposta do Dr. Pedro Trengrouse, da Fundação Getúlio Vargas, de que nós pensássemos no melhor aproveitamento dos clubes, que já são entidades centenárias, com uma marca já consagrada e com espaços ociosos. E eu falava, na minha eleição, sobre a questão da criação das fundações, Leyser, para que pudéssemos... Essas fundações são monitoradas pelo Ministério Público. Aí elas vão poder receber emendas, enfim. Eu acho que você facilita a tramitação desses recursos. E pode ser, como na Austrália, onde existe um modelo baseado na formação dentro dos clubes. Então, gostaria que ficássemos atentos a essa questão e que tivéssemos mais clarividência nesse modelo dos esportes básicos.

Há outra pergunta, Leyser. Eu queria sugerir, Ministro... Primeiro, eu sei que o cobertor é curto. Quanto à questão da remuneração dos professores que trabalham nos programas, realmente precisamos tentar sempre procurar avançar nisso. Devemos também refletir sobre a utilização de ex-atletas dentro da equipe disciplinar. Os ex-atletas têm uma sabedoria — perdoem-me os professores de educação física, que também são importantes, mas a sabedoria de quem vivenciou o esporte é algo que não pode ser desprezado.

Outro assunto, Leyser, volto a insistir: eu estou preocupado; o Deputado Silvio Torres falou em uma questão que é importante. Eu não quero ficar agourando nada, muito pelo contrário, você sabe que sou entusiasta do esporte e torço para que as Olimpíadas realmente sejam um sucesso até maior do que foram as de Barcelona. Agora, eu estou preocupado, sim, com essas questões, com essas empresas envolvidas nessa situação. Não dá realmente para fecharmos os olhos para isso.



Ministro, vamos ficar atentos. O Deputado Rogério Marinho falou de uma questão que é preciso que seja colocada. Não adianta criarmos uma lei que os clubes não possam pagar. Eu tenho batido nessa tecla. Não adianta. A equipe econômica, o próprio Governo, nós temos que criar uma condição que os clubes possam pagar. Temos que ser rigorosos na contrapartida? Temos. Mas, se nós colocarmos uma condição que os clubes não possam pagar, nós não vamos sair do lugar.

Aí eu fico muito preocupado, Presidente Marinho, Ministro: na outra Timemania houve uma previsão — e o Ricardo Leyser se lembra muito bem disso. Nós temos que trazer a Caixa Econômica. Nós estamos nos esquecendo da Caixa Econômica, porque na outra ela prometeu uma receita de não sei quantos milhões, e não foi alcançada.

Então, temos que trazer a Caixa Econômica para este debate o mais urgente possível para sabermos se a previsão dela realmente se confirma, se ela está realmente otimista e se ela realmente vê que nós não vamos cometer o erro que cometemos lá atrás: fazer os clubes participarem desse REFIS e, ao chegarmos lá, não termos a receita para pagar.

Haveria outras coisas, mas em respeito aos colegas, eu fico por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Deputado Deley.

Vamos agora ouvir a Deputada Flávia Moraes, uma voz feminina.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Até que enfim, Presidente (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Daqui a pouco a Tia Eron, que já está aqui, a conterrânea baiana, fará também uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Nós somos poucas, mas também falamos, né, Deputada? (*Risos.*)

Eu queria cumprimentar o Ministro e falar da importância da sua presença aqui. Parabênzo os Deputados que solicitaram esta audiência pública. É muito importante a interação do Ministério com esta Comissão, que fala única e exclusivamente do esporte. Então, precisamos estar bem articulados mesmo.



Cumprimento o Ricardo Leyser, que sempre está também nos dando boas informações, bem como nosso Presidente, que tem tido uma atuação muito importante na presidência desta Comissão.

Eu quero ser um pouco objetiva. Eu sou assim para podermos dar agilidade. Eu queria fazer um apelo. Reforço o que vários Deputados falaram aqui sobre a importância da iniciação esportiva, do esporte de base. Eu digo que o esporte de alto rendimento é consequência de um esporte de base bem feito. Nós só vamos conseguir ter muitas medalhas no nosso País se tivermos um esporte de base bem estruturado. Talvez a gestão tivesse que ser inversa: fortalecermos o esporte de base para chegarmos às medalhas, e não buscarmos as medalhas com um, ou dois ou três.

Também chamo a atenção para a importância de universalizarmos a prática, a oferta do esporte, principalmente para as nossas crianças e os nossos jovens. Hoje a grande mazela social que nós temos em nosso País são as drogas, a drogadição, e um dos instrumentos fortes que temos para enfrentar — é claro que precisamos de muito mais do que isso — esse fácil acesso dos jovens às drogas, com certeza, é a oferta de modalidades esportivas. O futebol é bom, é uma paixão nacional, mas precisamos de outras modalidades também. Eu falo que as drogas chegam, mas muitas vezes a oferta daquela modalidade esportiva, que às vezes não é o futebol, é outra modalidade ali perto, na cidade pequena, no interior, infelizmente, não chega para a nossa criança, para o nosso jovem. Eu vi aqui a preocupação de vários Deputados em relação a isso, e fico feliz. Eu sou formadora, sou professora de Educação Física. Então, eu tenho essa preocupação com o esporte, com a educação esportiva. Eu queria aqui, então, reforçar essa questão.

O Deputado Deley colocou aqui que talvez os clubes poderiam absorver esse fator. Se buscamos universalizar, eu acho que os clubes são importantes, mas nós não podemos esquecer a importância de levar, de fortalecer o esporte dentro das escolas. Não podemos deixar isso de lado. Eu falo que, de repente, os clubes pegariam o esporte de alto rendimento e as escolas ficariam com a iniciação e até, por que não, com o esporte de rendimento. Para isso, para que consigamos fortalecer o esporte nas escolas, nós precisamos ter uma interação muito maior do que a que temos hoje do Ministério do Esporte com o da Educação, da Comissão do



Esporte com a Comissão de Educação. Precisamos interagir mais. Por isso, queríamos aqui nos colocar à disposição.

Eu acho que essa Subcomissão que foi criada é importante. É preciso que nela nós tenhamos, Presidente, a participação efetiva de membros da Comissão de Educação. Que possamos ter os dois Ministérios conversando, os quatro conversando, para conseguirmos avançar e introduzir isso, porque o recurso está na educação. Temos como utilizar muito recurso da educação para conseguir viabilizar esse projeto de educação esportiva nas escolas. Então, precisamos trabalhar isso. Queríamos fazer esse apelo, reforçando o que os outros Deputados já falaram.

Eu gostaria também de acrescentar uma pergunta objetiva em relação às Olimpíadas. Nós tivemos uma audiência pública na Legislatura passada — eu também fazia parte desta comissão com o Prefeito do Rio, que esteve aqui apresentando a estrutura física que estava sendo construída para as Olimpíadas. Aí me fica uma dúvida. Grande parte dessa estrutura física é financiada com recurso privado. Ela vai ser da Prefeitura ou do Governo Federal? Há alguma participação do Governo Federal nisso? Eu queria deixar essa pergunta. Eu sei que há uma estrutura sendo construída, o parque aquático, que o próprio Prefeito disse que não quer lá no Rio. É uma estrutura móvel. O meu Estado de Goiás precisa muito dessa estrutura. Eu já queria deixar o pedido aqui, mas eu queria saber como vai ser. Eu já procurei saber, mas ainda não tive uma informação precisa, se é o Governo Federal que vai fazer essa concessão, se é a Prefeitura. Como vai ser isso? Então, deixo essas perguntas.

Ministro, eu quero desejar ao senhor uma excelente gestão. Quero dizer ao senhor que às vezes colocamos a universalização do esporte como um objetivo, uma meta muito distante do que a que temos hoje, mas eu acredito muito que nós podemos avançar e chegar lá. Por isso, quero que conte conosco, com o nosso trabalho aqui.

Eu queria também fazer uma sugestão para a nossa Subcomissão que vai trabalhar para o Plano Nacional do Desporto, porque sei que o Ministério, apesar de ainda não tê-lo aprovado, deve ter um grupo de trabalho trabalhando na construção desse Plano Nacional. Seria muito importante que algum membro, alguma pessoa desse grupo de trabalho do Ministério participasse conosco dessa Subcomissão,



para que pudéssemos interagir com o que já foi construído pelo Ministério e o que esta Comissão quer fazer através da Subcomissão. É muito importante que possamos articular para aproveitar e contribuir. Eu acho que é bom para o Ministério, é bom para nós, que vamos estar fazendo esse trabalho. Então, eu gostaria de fazer essa sugestão ao Presidente, para que uma pessoa do Ministério participasse dessa Subcomissão.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Eu acho interessante a fala da Deputada Flávia Moraes. A pergunta é pertinente: quem vai ficar com essas estruturas? A gestão será de quem? Obrigada, Deputada. A fala do Deputado Deley também é maravilhosa. Eu vou pedir para o Ricardo Leyser explicar sobre a questão da lagoa. Ele vai responder também com relação à questão da estrutura dos complexos olímpicos da Barra e de Deodoro.

Quero dizer que nós vamos, Deputada, conseguir universalizar a prática esportiva. Isso passou a ser, para mim, mais do que uma meta como Ministro. Isso é um objetivo de vida. Penso que estou no Ministério hoje, tenho uma equipe muito bem preparada, uma equipe que tem condições de nos ajudar a desenvolver projetos viáveis, exequíveis — porque a ideia é que eles sejam projetos exequíveis —, e tenho as senhoras e os senhores, aqui, que são grandes companheiros de Parlamento, sensíveis a essa causa.

Preciso de todos, para que possamos, como disse o Deputado João Derly, fazer a vinculação desse orçamento, porque, se nós levarmos o sistema nacional — e ele vai ser entregue aos senhores, aqui —, com a prática da educação física, ao âmbito das escolas, objetivando, sobretudo, fazer o engajamento dos Ministérios do Esporte, da Educação e da Saúde, se levarmos esses módulos a todos os mais de 5.500 Municípios que temos, e vai chegar uma hora em que esses módulos vão começar a ir também, como eu disse, para as regiões ribeirinhas, para as regiões quilombolas, para os assentamentos, nós vamos, sim, num espaço de tempo muito pequeno, transformar este País numa superpotência que pratica esporte, porém isso tem que ser de forma sustentável. Temos que ter muita responsabilidade, porque o sistema tem que definir, exatamente, não só quem serão os responsáveis por todo esse legado material que vamos deixar, como também de onde virão as fontes de fomento, para que haja continuidade e o impacto seja perene.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Nós vamos ouvir logo os três debatedores, Ministro, para adiantar os trabalhos.

Com a palavra agora a Deputada Tia Eron, do Estado da Bahia, que muito nos honra com a sua presença.

A SRA. DEPUTADA TIA ERON - Obrigada, Presidente. Eu fico muito feliz e honrada pela deferência. V.Exa. sabe da minha admiração por vê-lo aí, empoderado, neste momento, à frente deste trabalho. Eu tenho conhecimento e plena consciência de que o esporte é uma arma portentosa na questão do resgate e da inclusão social.

Quero cumprimentar o Exmo. Ministro, que, à frente dessa Pasta, me deixa também muito fortalecida. O colega que me antecedeu já dizia que as Olimpíadas serão um sucesso, e eu penso que elas vão superar, inclusive, a Copa do Mundo, em que ficamos tão frustrados. Eu quero cumprimentar todo o seu *staff*. Cumprimento o nosso Secretário Nacional de Esporte, Evandro Garla, e também o nosso querido Ricardo Leyser, aqui presente, junto com o nosso, também Secretário, Carlos Geraldo.

Devo dizer da minha satisfação, Ministro, porque, quando a Deputada Flávia Moraes, do Estado de Goiás, faz a sua fala e traz todo um tecido a respeito do que é de fato o esporte como um todo, nessa dimensão, no âmbito do Brasil, percebemos que é muito plural essa forma de fazer esporte.

Notei, hoje, a partir do seu ponto de vista, Ministro, a sua disposição e boa vontade de perceber as necessidades quando trata das questões mais longínquas desta Nação. Mas eu quero trazer um ponto mais nevrálgico, do qual, salvo engano, ninguém ainda tratou, que é a questão do preconceito racial, da discriminação. Contra isso, esta Casa teve a competência e o cuidado de estabelecer o Estatuto da Igualdade Racial, e o Deputado Márcio Marinho participou desde a sua elaboração até a sanção. Nós sabemos que é uma prática no esporte, hoje, esse tipo de crime — as pessoas precisam entender que é crime, e é crime hediondo. Portanto, nessas Olimpíadas não poderá passar despercebida a questão do trato da nossa brasilidade, da nossa ancestralidade. É preciso estar atento, sem perder de vista a questão do afro-brasileiro no futebol, e em todas as outras modalidades, como eu disse aqui, já tratadas pela Deputada Flávia.



Quero cumprimentar também a nobre colega Deputada Raquel Muniz, do Estado de Minas Gerais, e dizer que mulher entende, sim, de esporte. A Deputada Flávia também fez um encaminhamento, com muito brilhantismo, sobre o tema *Mulher, Esporte e Movimento*, e hoje a câmara do Senado já tratava sobre isso. Eu peço, portanto, que o Ministério tenha um cuidado ao olhar essa questão de raça e gênero. E quero pedir, Presidente, até pela legitimidade da participação da Deputada nesta Comissão, o encaminhamento, através dela, de um requerimento em que possamos tratar do preconceito racial nesta Casa.

Eu sei que o Ministro tem toda a boa vontade, pela sua autoafirmação, pelo pertencimento de causa que ele tem, mas é um tema que não pode passar aqui despercebido. Quero parabenizá-lo pelos projetos, que, sei, já se iniciam, como o (*ininteligível*) na questão da infância, na questão da educação.

V.Exa. faz um tripé perfeito, mas eu considero aí duas pernas. Portanto, o Ministério vai caminhar muito bem sobre a questão da educação e da saúde. Mas, no momento em que trazemos a sua pessoa para debate em audiência pública, eu preferiria que V.Exa. estivesse no seu Ministério cuidando da nossa Nação. Em outros momentos, quando um Ministro vem e se presta aqui a dar esclarecimentos, eu fico extremamente grata. Mas prefiro que esteja atuando em sua Pasta; prefiro que ele esteja à frente dos trabalhos, visitando os Estados, porque nada melhor do que fazer mano a mano, *in loco*, conhecendo as necessidades. O Deputado André Abdon já se referiu aqui ao seu Estado, e a situação não é diferente em todos os outros Estados brasileiros. Eu prefiro que o Ministro e o seu *staff* estejam atuando, porque sei da sua competência. Não tenho dúvida disso. Faço votos de extremo sucesso e êxito nessa sua jornada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Deputada Tia Eron, do nosso Estado.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Amanhã, vou estar no nosso Estado e na nossa cidade.

A SRA. DEPUTADA TIA ERON - Fico feliz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - E vai ter a oportunidade de comer um acarajé, não é, Tia Eron?

A SRA. DEPUTADA TIA ERON - Coisa boa, caruru e vatapá!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - É sexta-feira, não é? Com certeza.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Amanhã, vou visitar o Centro Pan-Americano de Judô, em Lauro de Freitas, e fazer a entrega do Bolsa Pódio para alguns atletas em Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Sexta-feira, lá na Bahia, o costume é comer comida baiana: vatapá, caruru, muito dendê...

Com a palavra a Deputada Raquel Muniz.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Vou poupar o Ministro. Minha pergunta ele já respondeu, porque conhece bem a realidade de Minas Gerais e sabe que nós temos lá mais de 800 Municípios e muitos deles não vão receber os recursos. Mas ele já disse que isso faz parte de uma segunda etapa. Vamos aguardar.

Minha fala é com relação às escolas. Todo mundo falou dessa integração: educação, saúde e esporte. Os Municípios têm escolas, às vezes precárias, sem quadras. Mas elas podem fazer a gestão dessas quadras, dos equipamentos, do ginásio, do campo de futebol. A escola integral tem que ser premiada, sim, pelo Ministério do Esporte, a escola que recebe o aluno em outro turno e para fazer esporte. Essa escola também tem que ser usada como espaço para a família, para acolher as famílias, para acolher a comunidade em outros momentos, quando esses espaços não estão sendo utilizados pelos alunos. Acho que cada vez mais temos que estimular isso.

Acho também que o nosso Presidente, o Deputado Márcio Marinho, vai ter aqui um papel muito importante. Li o último jornalzinho da nossa Comissão do Esporte e percebi que ele sonha, e o sonho dele é o do Ministro e o de todos nós, fazer esse diálogo com a saúde e com a educação.

Acredito que podemos criar isso aqui, e o George Hilton, nosso Ministro e Deputado também, nosso colega, pode nos ajudar a construir aqui, talvez, a maior Comissão desta Câmara Federal, criando subcomissões, além das já citadas, para trabalharmos de maneira conjunta.

Está aqui também a nossa querida Deputada Flávia Moraes, nossa representante. Somos 51 mulheres. Eu separei esta minha manhã tão concorrida



para estar aqui com o Ministro, mas tive que sair em dois momentos. E nesses dois momentos eu saí para discutir ações relacionadas ao esporte, hoje de manhã, aqui dentro, na Câmara Federal. Ontem foi o Dia de Combate ao Câncer e hoje está sendo realizado aqui, por meio da Frente Parlamentar de combate ao câncer, um fórum de oncologia. Lá, um dos temas tratava exatamente daqueles pacientes que praticam esportes e são submetidos a tratamentos quimioterápicos — eles têm sucesso maior porque circula melhor o medicamento quimioterápico neles. E no Senado Federal, em outro evento, junto com a Câmara, se discutia a participação das mulheres. Aqui na Câmara, somos 51 mulheres no meio de mais de 400 Deputados. No esporte também a nossa presença — a Deputada Tia Eron lembrou a questão racial —, a participação da mulher, ainda hoje discutimos isso lá, ainda é pequena.

E aqui, em audiência de maior importância, com a presença do Ministro do Esporte, discutimos o tema. Precisamos atuar como vacina mesmo, como vacina que vai economizar para o Governo Federal e para os Governos Estaduais e Municipais, se for bem usada, para tirar as crianças e os jovens das drogas e, efetivamente, melhorar a saúde do povo brasileiro.

Por fim, quero dizer que o Ricardo é unanimidade. Noto que todos os Parlamentares falaram bem dele. Quero então me aproximar dele também, do Ministério, dessa competência, e agradecer à equipe do Ministério que está aqui. Vejo que o Ministro realmente tem razão, é uma equipe que acompanha. O maior legado que o nosso Ministro pode deixar é um esporte nota 10 no Brasil, e ele sabe fazer bem isso, sabe fazer bem o 10. Eu tenho certeza de que, com essa equipe, o maior legado que ele vai deixar não são os equipamentos, não são as visitas que vêm fazendo por todo o Brasil, mas efetivamente um plano nacional perene para o nosso País. É isto que queremos lembrar de George Hilton e da sua gestão no Ministério do Esporte.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO DELEY - Campanha extemporânea aqui?

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - E, vindo de uma conterrânea, então me envaidece muito!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Inclusive, Deputada Raquel, hoje, mais tarde, nós estaremos em evento de instalação da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto, mostrando justamente a preocupação do Presidente quanto a trazermos o debate.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Mais um assunto para a parte da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Com a palavra o Ministro George Hilton.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Eu vou passar a palavra para o Leyser, porque ele vai falar das questões relativas à Baía da Guanabara, à Lagoa e também da questão que a Deputada Flávia levantou sobre o nosso Centro Olímpico de Treinamento na Barra.

Antes, quero agradecer a fala da Deputada Tia Eron. É um tema fundamental. Nós temos, hoje, a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, que vai trabalhar muito isso. Nós queremos desempenhar no Brasil um trabalho de conscientização junto às torcidas organizadas, aos clubes, às assembleias, além de chamar a atenção das Câmaras Municipais para que esse tema seja debatido com muita responsabilidade. Não podemos admitir práticas inaceitáveis que há muito já deveriam ter sido banidas. Penso que é importante recrudescer cada vez mais a legislação penal, tendo em vista esses que infringem, de forma muito grosseira, a lei e atacam, muitas vezes, pessoas julgando-as pela cor, pela crença ou por outros valores. Lamentavelmente, sabemos todos, temos ainda uma herança perversa, e o esporte, que deveria ser o grande indutor para vencer essas diferenças, tem que ser o protagonista disso.

Nesse sentido, penso que não há nada melhor do que as Olimpíadas. E eu falei isto ontem a vários Embaixadores, numa reunião com diplomatas, que o Brasil quer que as Olimpíadas do Rio de Janeiro sejam um grande momento de reflexão mundial para a paz. E paz, Deputado, inclui, sobretudo, respeito às raças, às crenças. Ontem, fiz uma palestra para diplomatas de vários países e eu defendi isso, dizendo que o Brasil está preparado para receber e vai receber de forma muito hospitaleira, uma prática usual nossa. Queremos utilizar esse grande momento para



levantar temas como o da igualdade de raça, de gênero e contra todo crime racial que lamentavelmente ainda existe e que envolve alguns atores do esporte também.

A Deputada Raquel Muniz, mineira, que conhece como poucos a realidade dos Municípios pobres de Minas Gerais, sabe que o esporte também é um grande instrumento de inclusão social. Se nós soubermos trabalhar na base, como colocou aqui a Deputada Flávia, o Deputado Evandro, de forma muito feliz também, e outros, se soubermos investir de forma racional... E acho que o Sistema Nacional de Esporte, ao qual os senhores estão dando o nome de Plano Nacional, mas a ideia é a mesma... Nós só temos que aguardar. Vamos convocar o Conselho Nacional do Esporte, um órgão vinculado ao Ministério do Esporte. Já existem umas minutas que estão sendo terminadas.

Essas minutas vão passar por uma análise do Conselho Nacional do Esporte. Eu vou ouvi-los, depois elas virão para cá. Acredito que serão V.Exas. que realmente irá formatar e fazer com que essas demandas que foram colocadas aqui — educação física, a questão do esporte educacional, do esporte social —, todas elas, façam parte desse texto. É um texto maravilhoso.

A Presidenta Dilma ficou muito feliz quando eu falei do Sistema Nacional do Esporte. Ou seja, o Governo vai apoiar de maneira integral a aprovação dessa proposta que já está na agenda que nós, Ministros, mandamos para o Governo, que já está na agenda do Governo e que virá para o Parlamento para a aprovação desse sistema.

Claro que o que V.Exas. estão produzindo será — eu digo assim — fundamental e determinante para, na hora em que for aprovado, não deixar nenhuma lacuna e para fazer uma revolução, como disse a Deputada Raquel Muniz, um grande legado.

O grande legado será, portanto, deixarmos para o País, mesmo depois das Olimpíadas, um sistema nacional que tenha uma política perene e que tenha continuidade nos próximos 10, 20, 30, 40 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Sr. Ministro, até acatando a sugestão da Deputada Flávia, como nós vamos instalar hoje essa Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto, seria importante para nós mantermos essa



interatividade com o Ministério que nós também mantivéssemos participando uma pessoa do Ministério.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Acatado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Seria importante para nós ficarmos afinados e para produzirmos também um material com o qual possamos dar à Comissão a sua contribuição junto a essa proposta de V.Exa.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Está acatado, Sr. Presidente.

O Leyser vai responder agora as perguntas.

O SR. DEPUTADO DELEY - Sr. Ministro, desculpe-me pelo abuso de sua generosidade. Eu queria que V.Exa. falasse a respeito da medida provisória, da dívida dos clubes.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Assim que o Leyser responder, eu vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - O Ministro vai sair por um instante, mas daqui a pouco estará retornando.

Com a palavra o Secretário Executivo Ricardo Leyser.

O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - Obrigado Sr. Presidente.

Deputado Deley, eu acho que essa questão da despoluição, essa questão toda da sustentabilidade dos Jogos é um tema sensível, merecedor de que se convidasse o Governo do Estado a fazer uma apresentação mais detalhada sobre esse processo de despoluição.

O que eu posso garantir? Na Baía de Guanabara, está se avançando bastante nesse processo de despoluição. O compromisso do Dossiê de Candidatura era em reduzir em 80% o lançamento de esgoto *in natura* na baía, ou seja, tratar 80%. O dado histórico é o tratamento de 11%. Hoje, a informação do Estado é que já se está superando os 50%, ou seja, estamos quase que multiplicando por 5 o tratamento. Ainda há uma dúvida colocada pelo próprio Secretário de Meio Ambiente do Estado sobre se vamos chegar aos 80% ou não.

Mas como vimos vários posicionamentos do Governo do Estado na imprensa nos últimos dias, eu sugiro que, para um aprofundamento maior desse tema, fossem convidados os responsáveis no Governo Estadual para que eles pudessem fazer com detalhes essa apresentação.



Eu ficaria um pouco mais confortável se realmente trouxessem o quadro exato, uma vez que há certa divergência nas informações que está vindo a público sobre isso. Essa seria a ideia.

Quanto ao Centro Olímpico, ao qual se referiu a Deputada Flávia, posso dizer que é um misto. Algumas instalações vão ser desmontadas. Naquele terreno, a Prefeitura fez uma concessão, ele vai virar um empreendimento imobiliário. Ele gerou a participação do privado no financiamento dessas infraestruturas.

E os equipamentos que ficam em definitivo, em parte financiados pelo Governo Federal e em parte pela Prefeitura, devem constituir aquele Centro Olímpico de treinamento de que falamos. Ele seria gerido pelo Ministério do Esporte, mas em parceria com todo mundo do esporte, formando o principal centro da rede nacional de treinamento.

Quanto ao parque aquático, são 18 mil lugares. Só há necessidade disso para uma final olímpica. Por isso que ele é provisório. A nossa ideia, que está sendo finalizada, é transformar esse parque aquático em uma arena multiuso.

A nossa ideia inicial é a de que se abra para os Governos de Estados a possibilidade de eles concorrerem para receber esse centro, pagando o custo da desmontagem e da remontagem na cidade escolhida.

Nós estamos terminando os estudos técnicos com o escritório de arquitetura para estimar um pouco esse custo. A ideia é que o remontaríamos não como parque aquático, mas como uma arena multiuso com 18 mil lugares — como arena multiuso, há uma necessidade maior de locais — e também remontaríamos as piscinas. Existe essa demanda da Bahia, uma demanda histórica. Então, nós faríamos uma seleção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - A Bahia também.

O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - Nós faríamos uma seleção. Haverá mais de uma piscina, inclusive a piscina de aquecimento também. Então, nós faríamos uma seleção e só teríamos que decidir se as piscinas seriam de 25 metros ou de 50 metros, se nós teríamos duas de 50 metros ou quatro de 25 metros. São as decisões que vamos tomar, após ter o relatório técnico do que é mais viável, do que é mais econômico, e aí distribuiríamos pelo País. Nós faríamos essa seleção.

O SR. DEPUTADO DELEY - Leyser, em relação à questão do modelo. Qual é o nosso modelo de esporte?



O SR. RICARDO LEYSER GONÇALVES - Isto é o que o Ministro tem levado para a discussão do Sistema Nacional de Esporte, essa discussão dos papéis, o que seria o clube, o que seriam as escolas, dar um pouco mais de clareza a isso. Então, nós estamos trazendo essa discussão para o debate do sistema. Daí a importância dessa interação no projeto de lei. Nós queremos deixar um pouco mais claro o papel de cada um, bem como as inter-relações entre clubes, escolas, tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Ministro, V.Exa. tem a palavra.

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - Em relação à MP do Futebol, eu queria, Deputado Deley, dizer que houve um debate muito amplo envolvendo atletas, CBF, clubes, inclusive das Séries A, B, C e D. Estivemos reunidos também com preparadores físicos, árbitros de futebol, cronistas esportivos.

É claro que o texto de uma medida provisória atenta para dois aspectos: a urgência e a relevância. Já havia aqui, no Congresso, a formação de uma proposta da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os clubes chegaram para nós e disseram: "Nós não podemos esperar muito, nós precisamos, de maneira urgente, de um refinanciamento." Clubes até nos ligaram dizendo: "Ministro, quando que essa MP vai ser editada?" A situação de muitos clubes no Brasil é realmente muito difícil. Nós formatamos o texto, a Presidenta editou a medida provisória e foi muito feliz. Ela disse: "Agora, o Congresso terá o papel de aperfeiçoar essa proposta."

Eu acredito muito no Parlamento. Eu estou no quinto mandato já. Eu fui Deputado Estadual por 8 anos e agora estou no terceiro mandato como Deputado Federal. Se existe uma coisa da qual eu nunca duvidei foi a competência de o Parlamento pegar um texto e aprimorá-lo.

Então, eu me coloco à disposição de V.Exa. e de todos os outros. Alguém disse aqui: "Olha, aproveita a experiência — foi o Deputado Rogério — que V.Exa. tem do Parlamento e nos ajude a trabalhar essa questão da MP do Futebol."

Eu acredito muito na capacidade dos senhores. Sei que o debate aqui é respeitoso. Muitas pessoas, quando eu viajo pelo Brasil inteiro, tentam me provocar dizendo: "Ministro, V.Exa. não acha que esse monte de emendas vai desfigurar o projeto?" Eu digo: "Olha, o Parlamento é o fórum de discussão plena."



Claro que eu, como o homem do Governo, vou defender o texto da MP. Nós trabalhamos na construção dele. Agora, o Governo tem a noção clara de que o amplo diálogo com o Parlamento tende a aperfeiçoá-lo mais.

O que nós não podemos, senhores, é perder uma grande oportunidade, e acho que com isso todo mundo concorda. Nós precisamos passar para uma nova etapa de relação dos clubes com o Governo, porque estão fazendo uso de um recurso público, mas mais do que isso, com a sociedade, porque o futebol é a grande paixão de todos os brasileiros. Eu tenho recebido do Brasil inteiro mensagens de apoio à MP: "Olha, Ministro, muito bem!" É um momento, é uma chance que não pode ser perdida, porque o povo brasileiro ama o futebol. Talvez não conheça essas minúcias que os clubes enfrentam no dia a dia, mas o grande desejo da população brasileira é que realmente o futebol volte a ser um grande espetáculo, que as famílias voltem novamente a frequentar os estádios.

Eu quero encerrar minha fala sobre a MP dizendo que estou à disposição da Comissão de Esporte. Estou à disposição de V.Exas. para buscarmos os aprimoramentos necessários ao texto da MP.

Contudo, como Ministro hoje do Esporte e como alguém do Governo, tenho que dizer que o texto foi trabalhado, foi discutido. Temos a consciência de que ele realmente repercute a ideia nacional de que se inaugura um novo momento para o futebol. Mas respeito o Parlamento, como homem do Parlamento, e estou aberto para, juntos, fazermos os aprimoramentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Ministro, o Deputado Afonso Hamm, um Parlamentar assíduo também nesta Comissão, quer fazer algumas indagações. Sabemos que os Parlamentares têm várias atribuições aqui no Congresso, chegam à Comissão e têm que sair em seguida, mas S.Exa. veio aqui, no final da nossa audiência pública, e eu não poderia deixar de conceder a V.Exa. a oportunidade de fazer as indagações que achar pertinentes.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Com certeza.

Primeiro, graças à permanência do Ministro, eu consegui retornar. Eu estava inscrito desde o início. Realmente são várias comissões especiais funcionando na Casa. Uma delas é a da Reforma Política, onde estávamos finalizando a parte estrutural.



Quero, na condição de membro titular da Comissão do Esporte, cumprimentar o nosso Presidente Márcio Marinho, que tem feito, desde o início, um trabalho muito qualificado do ponto de vista do engajamento de colegas, inclusive dos mais novos, mas com grande capacidade de contribuição.

E eu vejo que a cada dia a gente qualifica mais o debate sobre o esporte. Se eu não me engano, esta é a terceira oportunidade que contamos com a presença do Ministro. E é um Ministro que não chega aqui de costas, porque geralmente um Ministro chega aqui e diz: "Ah! Eu terei outro compromisso. Eu tenho uma agenda." E não é o caso, porque V.Exa. traz a sua equipe, traz seus secretários.

Eu assisti parte daquela explanação que mostra toda a infraestrutura que está sendo criada para uma política de esporte, que precisa agora, lógico, de um plano estrutural para os próximos 10 anos, um plano decenal, um plano para a estruturação do esporte como um todo, e que vai, conseqüentemente, aprofundar políticas públicas efetivas na área do esporte.

Ontem, debatemos com o Presidente do Comitê Olímpico da Espanha — foi importante — e perguntamos: "Qual é o engajamento?" Eu quero posicionar o próprio Ministro, porque lá, na Espanha, a participação do Governo é relativa; a atuação das federações e das entidades é muito mais forte. Ontem mesmo, eu propus uma interação ainda maior, principalmente no intercâmbio de treinadores, de pessoas na área de capacitação, um intercâmbio do ponto de vista das atividades esportivas. Este é um ponto forte. O que debatemos ontem pode potencialmente nos ajudar.

Fui autor aqui, com vários Parlamentares, sob a liderança do nosso Presidente, Márcio Marinho, da proposta que cria uma subcomissão permanente do futebol. Foi a primeira criada aqui, inclusive a de maior adesão, porque é um esporte referência; nós vamos discutir todos os outros, mas, sob a liderança do nosso Presidente, vamos constituí-la para também potencializar a discussão da Medida Provisória nº 671 — inclusive eu saí daqui para um primeiro compromisso, exatamente o da sua instalação, onde sou membro titular. Consegui a indicação pelo Partido Progressista. Vamos seguir com o debate, analisar as colaborações, apresentar as emendas, para, depois, fazer uma grande discussão no plenário; naturalmente, vamos dar início aqui na própria Comissão.



Em relação a esse tema, para não me estender muito, eu apresentei uma emenda no sentido de preservar aquela ideia sobre um fundo de iniciação — eu já havia lhe posicionado isso. Há uma fonte nova, a nova loteria, a loteria instantânea, que pode ser agregada, uma fonte de recurso para a formação, pensando nas categorias de base, aí especificamente para o futebol. Fizemos uma adequação nessa emenda para que nós possamos contar com um recurso extraordinário, um recurso novo, além de outra emenda que fiz também para que no mínimo 10% das receitas e da movimentação financeira do clube venham a ser alocados para a categoria de base. A questão do futebol feminino também está sendo colocada, mas eu coloquei, como prioridade número um, a base, a formação, principalmente no início, porque ela é fundamental.

São esses pontos, Sr. Ministro. Eu não vou me estender até porque V.Exa. está aqui há um longo tempo. Quero parabenizá-lo pela preparação das Olimpíadas. Sei que nós vamos ter uma comitiva para fazer o acompanhamento. Eu acho que é salutar, é bom. Nós temos o viés de fiscalização, não uma fiscalização impositiva, mas de acompanhamento de contribuição. E a sua disposição, eu tenho certeza, demonstra que poderá haver um engajamento cada vez mais forte.

Eu sempre peço uma valorização dos Parlamentares desta Comissão em relação a todas as políticas, por exemplo, aos investimentos em cada Estado que ocorrem do que está planejado. É fundamental. O Ricardo Leyser já havia comentado esse tema. Nós precisamos ter esse conhecimento, porque nós somos de competência na área, juntamente com aqueles que estão engajados, sem exclusão de ninguém.

É importantíssimo termos esse engajamento e, principalmente no planejamento estratégico futuro, podermos participar, porque, se nós estamos aqui engajados no estabelecimento das políticas estruturais e no âmbito do esporte somos parceiros, nós queremos participar também do ponto de vista de contribuição exatamente desses investimentos, da estratégia. Que possamos potencialmente escolher, com conhecimento de causa, em cada Unidade da Federação, e também contribuir.

Tenho certeza de que vamos acertar muito mais do que errar. Erra-se algumas vezes, mas o importante é alocar no local certo, fazer a obra, ver os



parceiros. As obras são importantes, mas eu sempre digo que uma coisa é entrar num estádio sem ninguém — eu joguei futebol — e outra coisa é entrar num estádio com a energia das pessoas.

Cada investimento que nós estamos fazendo vai ficar de legado, mas o legado maior vai ser a gestão em relação à funcionalidade e o aproveitamento pelos nossos jovens de todas essas infraestruturas que nós temos. O País está de parabéns.

Muita gente normal não levava fé na Copa, sob alguns aspectos, por alguma razão, sobre alguns gastos, mas, em relação às Olimpíadas, já estamos percebendo que há um olhar diferente. É a vitrine de oportunidade no âmbito do País. Não há vitrine maior para o País do que as Olimpíadas e as Paraolimpíadas em 2016.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - O Sr. Ministro quer fazer alguma referência à fala do nobre Deputado?

O SR. MINISTRO GEORGE HILTON - O Deputado Afonso é sempre muito experiente, sempre muito aplicado e um grande companheiro.

Deputado Afonso, eu concordo, sim. Acho que podemos avançar muito nessas conquistas. Nós vamos estar sempre aqui com a Comissão do Esporte para que sempre tenhamos ações integradas.

Quero agradecer muito a todos, ao Deputado Márcio Marinho, ao nosso Alexandre Valle, aos colegas Parlamentares, sobretudo pela forma como eu sou recebido aqui, sempre muito carinhosa e muito respeitosa. O debate tem que ser aberto, tem que ser franco mesmo. E me coloco à disposição para que, sempre que necessário, desenvolvamos várias ações.

Nós vamos mandar então uma pessoa do nosso Ministério acompanhar a Subcomissão que está tratando do Plano Nacional do Desporto. Quero entregar até o segundo semestre a V.Exas. o texto do Sistema Nacional do Esporte, para que V.Exas. possam aprimorá-lo e nós possamos avançar bastante.

O Brasil vive um momento muito importante no esporte e o grande legado que queremos deixar de todo esse período tão maravilhoso que já vem desde 2007 é o legado imaterial. O nosso povo precisa ter mais acesso a áreas de lazer, de esporte e de cultura. Nós precisamos aproveitar esses grandes eventos que foram muito



bem planejados. Eu tenho conversado muito com representantes de países onde já aconteceram as Olimpíadas para adquirir experiências do legado que foi deixado depois desse período. E, no Brasil, nós temos em mente — e eu tenho certeza de que vou contar com o apoio deste Parlamento — de que precisamos despertar no brasileiro, de norte a sul, de leste a oeste, a vontade de praticar esporte.

Reduzirmos esses números de uma população sedentária de mais de 45% que o diagnóstico vai nos trazer é um desafio para a saúde pública, é um desafio para a educação, para a formação dos brasileiros. E nós temos que ter a responsabilidade de enfrentar isso com muita tranquilidade, mas, sobretudo, com firmeza para que nós vencamos essas questões.

Então, Sr. Presidente, estou à sua disposição. Quando V.Exa. quiser, estaremos aqui para integrarmos nosso trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Sr. Ministro. Eu tenho dito aqui nesta Comissão que, por parte do Ministro e do seu *staff*, não temos tido nenhuma dificuldade em relação a essa interatividade com o Ministério. Eu quero lhe parabenizar pela sua excelente equipe.

Há uns 20 dias, contamos aqui com a presença de secretários que fizeram brilhante explanação acerca da Lei de Incentivo ao Esporte, que foi parabenizada por todos os Parlamentares. Foram tiradas todas as dúvidas dos Parlamentares, tanto que hoje quase não houve tantas perguntas sobre essa área por terem sido esvaziadas todas as dúvidas dos Parlamentares naquela audiência pública.

Ministro, V.Exa. está de parabéns. Acho que a sua equipe reflete o seu espírito de dedicação e de reconhecimento da importância que tem esta Casa e os Parlamentares. Logicamente, respeitamos a autonomia desta Comissão ao lado de V.Exa., para tratarmos de assuntos importantes na área do esporte.

Esta Comissão é auxiliar de V.Exa. e do Brasil, a partir do Ministério que está à frente. Quero lhe agradecer de todo o coração. Quero lhe agradecer e fazer menção aos nomes dos Secretários-Executivos. Aqui está o Ricardo Leyser, que tem sido um braço junto com o Secretário Carlos Geraldo, com o Secretário Evandro Garla e com o Dr. Ivan, que está ali presente com todo o seu *staff* — e com fome.



Quero lhes agradecer de coração. Ministro, toda a vez que esta Comissão fizer audiência pública com V.Exa. e com os Secretários, gostaria muito que realmente nos desse a devida atenção, até porque estaremos sempre lhe dando esse apoio. Para V.Exa. ter a compreensão de como foi concorrida esta audiência pública, passaram hoje nesta Comissão 37 Deputados. Numa quinta-feira, nós sabemos que o quórum foi altíssimo. Deixo, portanto, meus agradecimentos a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - O Vereador de Anápolis também está presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Está presente o Vereador de Anápolis, aumentando o nosso quórum.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Ele também precisa do apoio do esporte lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Está certo.

Quero agradecer ao meu primeiro Vice-Presidente, Deputado Alexandre Valle, por estar aqui. Enfim, quero agradecer a todos.

Antes de terminar, quero dizer que hoje à tarde — mais tarde — haverá a instalação da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto. V.Exas. estão convidados.

Nada havendo mais a tratar, declaro encerrada a nossa audiência pública. Vamos almoçar.